



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CAMPUS SENHOR DO BONFIM**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**SENHOR DO BONFIM-BA
2025**



REITOR

Telio Nobre Leite

VICE-REITOR

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Marcelo Silva de Souza Ribeiro

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Clébio Pereira Ferreira

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Michelle Christini Araújo

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Kilma Carneiro da Silva Matos

PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Francisco Alves Pinheiro

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Maria Helena Tavares de Matos

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Margareth Pereira Andrade

SENHOR DO BONFIM-BA

2025



**COLEGIADO DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA
(CAMPUS SENHOR DO BONFIM)**

PROF. DR. ALBANO DE GOES SOUZA

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROF. DR. ARTHUR ALMEIDA SANTOS DE CARVALHO CURVELO

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROFA. DRA. CAMILA BATISTA GAMA MOURA

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROF. DR. CLEYTON TAVARES DA SILVEIRA SILVA

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROF. DR. JOSÉ EDUARDO FERRAZ CLEMENTE

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROFA. DRA. KARINE TEIXEIRA DAMASCENO

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROF. DR. MARCUS VINICIUS SANTANA LIMA ALMEIDA

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

PROF. DR. PEDRO CARVALHO OLIVEIRA

Colegiado de História
Campus Senhor do Bonfim

APRESENTAÇÃO

Considerando as necessidades sociais e educacionais do estado da Bahia no tocante à formação de docentes em nível superior, acrescentando a este fato a carência de profissionais da educação nas mais diversas áreas do conhecimento, observando as necessidades locais, regionais e nacional de ampliação de cursos de formação docente seguido das diretrizes de interiorização do ensino superior brasileira, e, assumindo a centralidade regional conferida à implantação do Campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) no município de Senhor do Bonfim (Bahia), apresenta-se este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) com vistas ao desenvolvimento do curso de Licenciatura em História.

O presente PPC foi elaborado seguindo as proposições vigentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História - Licenciatura, instituídas através da Resolução CNE/CES nº 13 de 13 de março de 2002. Também é utilizada como balizadora legal a Resolução CNE/CP nº 4, de 20 de dezembro de 2024 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para Educação Básica e institui, também, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica.

A elaboração desta segunda versão do PPC levou em consideração os anseios da comunidade pertencente ao Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, no estado da Bahia, a partir da realização de consultas públicas, debates com agentes políticos, conversas com gestores, docentes da educação básica, dirigentes de outras instituições de ensino superior, além de diálogos com a sociedade civil organizada, assim, constituindo um documento pedagógico que materializa os interesses e vontades da comunidade que será beneficiada pelo curso de Licenciatura em História.

Por fim, é importante informar que este documento é uma atualização da proposta inicialmente apresentada e aprovada pelo Conselho Universitário (CONUNI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) a partir da decisão nº 108 de 29 de agosto de 2022. Tal atualização se fez necessária antes do início do funcionamento do curso, em agosto de 2024, para atender as demandas formativas e administrativas que surgiram após a elaboração do documento norteador inicial.

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	p.07
2 INTRODUÇÃO	p.08
3 CONCEPÇÃO DO CURSO	p.11
3.1 Princípios teórico-metodológicos	p.11
3.2 Objetivos	p.12
3.3 Perfil do Egresso	p.13
3.4 Mundo do Trabalho do Licenciado em História	p.14
3.5 Mecanismos de acompanhamento e avaliação dos seguintes aspectos gerais do curso	p.15
3.5.1 Acompanhamento e avaliação do PPC	p.15
3.5.2 Processo de Ensino e Aprendizagem	p.16
3.5.3 Autoavaliação do Curso	p.17
3.5.4 Mecanismos de Acompanhamento dos Egressos	p.18
3.6 Política de Atendimento ao Discente	p.18
3.7 Política de Inclusão e Acessibilidade	p.20
3.8 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	p.21
3.9 Atualização do Projeto Pedagógico do Curso	p.22
4 ESTRUTURA CURRICULAR	p.25
4.1 Organização do Currículo	p.26
4.1.1 Matriz curricular do Curso de História-Licenciatura da UNIVASF	p.29
4.1.2 Ementário das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em História	p.30
4.1.3 Ementário das disciplinas optativas do curso de Licenciatura em História	p.88
4.1.4 Ementário das disciplinas eletivas da Licenciatura em História	p.111
4.2 Estágio Supervisionado Obrigatório	p.111
4.3 Núcleo temático	p.112
4.4 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	p.113
4.5 Curricularização da Extensão	p.114

4.6 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Pautada no Decreto Presidencial nº 5.626/2005	p.115
4.7 A presença da educação a distância (EAD) na Licenciatura em História	p.116
4.8 Equivalências do currículo da Licenciatura em História com currículo de outros cursos de graduação do campus de Senhor do Bonfim	p.120
4.9 Plano de Migração curricular turmas em andamento	p.121
5 INFRAESTRUTURA	p.122
5.1 Estrutura física	p.122
5.1.1 Laboratórios, salas de aulas e bibliotecas	p.122
5.1.2 Biblioteca ligada à rede mundial de computadores.....	p.123
5.2 Docentes efetivos	p.123
REFERÊNCIAS.....	p.125
APÊNDICES	p.127

1 IDENTIFICAÇÃO

TIPO DE CURSO: Graduação

HABILITAÇÃO: Licenciado em História

MODALIDADE: Presencial

LOCAL DE OFERTA: UNIVASF – Campus Senhor do Bonfim - BA

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Integral

QUANTIDADE DE VAGAS: 50

MODALIDADE DE INGRESSO: SISU-ENEM e PS-PVO

DURAÇÃO MÍNIMA E MÁXIMA: 8 (oito) semestres a 12 (doze) semestres

BASE LEGAL: O presente documento encontra-se em conformidade com pressupostos legais e normativos apresentados no quadro 01:

Quadro 01. Pressupostos legais e normativos que balizam o curso.

PRESSUPOSTOS LEGAIS E NORMATIVOS	EMENTA
Lei nº 9.394/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
Lei nº 11.645/2008	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
Lei nº 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
Decreto nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Resolução CNE nº 04/2024	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica.
Resolução CNE nº 7/2018	Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.
Resolução CNE/CP nº 1/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Resolução CNE nº 13/2002	Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.
Resolução UNIVASF / Câmara de Ensino nº 01/2023	Estabelece normas e prazos para elaboração, reformulação e avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UNIVASF.
Resolução UNIVASF/CONUNI nº 03/2022	Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Resolução UNIVASF / CONUNI nº 08/ 2015	Altera as Normas Gerais de Funcionamento do Ensino de Graduação da UNIVASF

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estrutura (NDE)

2 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) surgiu tendo como pilar a interiorização do ensino público e, conseqüentemente, a propagação do conhecimento nestes espaços. É a primeira universidade no Brasil com foco para o desenvolvimento regional do semiárido nordestino, além disso, é uma instituição de ensino superior federal que está presente em mais de um estado da federação (Pernambuco, Bahia e Piauí). Atualmente, a UNIVASF conta com *campi* nos seguintes municípios: Petrolina (PE); Salgueiro (PE); Juazeiro (BA); Senhor do Bonfim (BA); Paulo Afonso (BA); São Raimundo Nonato (PI).

Esta posição decorre do fato de que a UNIVASF se insere na região na qual está situada, corroborando na eficácia do desenvolvimento regional e na compreensão da realidade a partir da construção de conhecimentos que possibilitem um amplo desenvolvimento científico e tecnológico. Sua função é realizar intervenções benéficas, tanto do ponto de vista educacional, como estrutural, social, econômico e ambiental.

A origem da UNIVASF revela a necessidade da criação de espaços de construção, preservação e renovação de saberes. É nesse intuito que universidades são construídas, equipadas e estruturadas e, com muito esforço, sustentadas. Por esse mesmo sentido é que as universidades deixaram de estar presentes apenas nos grandes centros urbanos e passaram a existir em cidades de diferentes portes no interior do país, no sentido de propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico nas mais diversas regiões do território brasileiro.

Durante a etapa de concepção da UNIVASF foram realizados diagnósticos e consultas públicas sobre demandas da comunidade quanto à nova instituição a ser criada. Verificou-se a necessidade de criação de uma universidade capaz de oferecer formação superior pública, gratuita, de qualidade e diversificada aos jovens da região, muitas vezes forçados a buscar seus diplomas em instituições federais, estaduais, públicas e privadas, situadas nas capitais litorâneas do Nordeste. Com isso, foi ressaltada a importância de uma instituição de ensino superior, com seus desdobramentos em pesquisa e em extensão, para o avanço de uma área de grande dinamismo econômico e estratégica para o desenvolvimento do Nordeste e, por extensão, do próprio país.

No caso específico do município de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, a UNIVASF está presente desde 2009, inicialmente com o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, entretanto, em 2024, conta também com a Licenciatura em Geografia, Bacharelado em Ecologia, e 2024 iniciou-se a oferta da Licenciatura em História e do Bacharelado em Geologia, cursos de ensino superior que promovem uma positiva mudança nas formas de agir e de pensar dos discentes oriundos dos diversos contextos sociais e históricos da região. A partir da criação desses cursos, abriu-se a possibilidade de ação educativa capaz de atuar na melhoria da

qualidade do ensino e da aprendizagem nos níveis: fundamental, médio e superior, e consequentemente, na qualidade de vida da população regional.

No contexto histórico, ainda no final do século XVII, o município de Senhor de Bonfim, era povoado por indígenas da etnia Kiriris, que ofertavam espaços de rancharias para tropas que seguiam em direção às margens do Rio São Francisco e as minas de extração de minérios de Jacobina (Machado, 2010, s/n). Geograficamente, a UNIVASF (Campus de Senhor do Bonfim) está situada no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, que compreende, além de Senhor do Bonfim (BA), os municípios de: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, os quais juntos possuem aproximadamente 273 mil habitantes. O município de Senhor do Bonfim (BA), onde está localizada a UNIVASF, situa-se na porção norte da Chapada Diamantina, uma região caracterizada por apresentar uma riqueza de espaços históricos e sociais (IBGE, 2023).

Deste modo, a Licenciatura em História ofertada pela UNIVASF no Campus Senhor do Bonfim surge como uma possibilidade de formação intelectual que oportuniza a sociedade bonfinense e cidades circunvizinhas, o resgate das origens, dos personagens e dos dilemas que culminaram na constituição do espaço social e histórico, principalmente, porque é evidente a presença de comunidades tradicionais, como os povoados de Missão do Sahy (povos indígenas) e Quilombo de Tijuaçu (comunidade quilombola).

Os dados do Censo do Ensino Superior de 2024 demonstraram que havia no Brasil 397 cursos presenciais de Licenciatura em História em atividade em instituições de ensino públicas e privadas, sendo que desses, 245 eram ofertados por instituições de ensino superior públicas e 152 por instituições de ensino superior privadas. Dentre os cursos presenciais de Licenciatura em História ofertados em instituições públicas no Brasil 100 cursos estão localizados na Região Nordeste (ver tabela 01). O estado da Bahia possui 35 cursos presenciais da totalidade ofertada na Região Nordeste (Brasil, 2024).

Tabela 01. Distribuição dos cursos de História - Licenciaturas presenciais ofertadas pelas IES públicas nos estados que compõem a Região Nordeste.

ESTADOS	QUANTIDADE
Alagoas	5
Bahia	35
Ceará	8
Maranhão	17
Paraíba	5
Pernambuco	6
Piauí	19
Rio Grande do Norte	4
Sergipe	1
TOTAL	100

Fonte: Brasil (2024)

Apesar dos cursos de Licenciatura em História presenciais ofertados na Região Nordeste serem concentrados no estado da Bahia, essas graduações são ofertadas, em sua maioria, ao sul e sudoeste do estado. No Território de Identidade de Piemonte Norte do Itapicuru, localidade geográfica onde fica o município de Senhor do Bonfim (BA), somente é ofertada a Licenciatura em História da UNIVASF. As graduações presenciais em História mais próximas se localizam em Jacobina (BA) a 110km; em Juazeiro (BA) a 125km; Petrolina (PE) a 130km. Este distanciamento acaba impactando no quantitativo de profissionais docentes que atuam nas escolas da região, principalmente, pelas demandas emergentes da educação básica.

Portanto, com base neste panorama educacional, observa-se que há uma real carência de espaços de formação em História para atender a demanda educativa considerável no Território de Identidade do Norte de Itapicuru. Desse modo, a Licenciatura em História ofertada na UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) possui como objetivo atender as necessidades de formação de profissionais capazes de atuar com a docência dos saberes históricos, como também, para possibilitar outros olhares para o fazer histórico em contextos sociais plurais.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) é concebida de acordo com as proposições de formação de educadores decorrente da implementação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como das orientações propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Busca-se uma formação ampla dos discentes, constituída em um todo teórico, prático e pedagógico, conectado à realidade de atuação profissional e adequado à realidade social e histórica.

A licenciatura visa formar educadores que tenham a capacidade de buscar constantes atualizações, haja vista a característica intrínseca a este saber de lidar com informações históricas e habilidades que se renovam. Os docentes de História necessitam buscar acompanhar as renovações teórico-metodológicas ocorridas, tanto no âmbito da escola quanto da academia, visando contribuir com a melhoria da ação pedagógica e da educação histórica em ambientes escolares e não escolares.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental e Médio, o “[...] ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2017, p.416). Desse modo, cabe a Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) o papel de formar docentes com saberes históricos e pedagógicos, e fomentar as reflexões sobre os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de objetos sociais que estimulam o pensamento histórico no tempo presente.

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) objetiva uma sólida formação acadêmica, focada nos aspectos sócio-históricos, político-econômico, científico, cultural, pedagógico, educacional e técnico, possibilitando uma formação crítica para compreender as diferentes culturas ao longo do tempo, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, de modo que o ensino e a prática dos saberes históricos venham a se tornar um importante instrumento de construção da cidadania.

3.1 Princípios teórico-metodológicos

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que estabelece entre outras questões as finalidades e os objetivos da educação brasileira. O presente curso, também, orienta-se, igualmente, pelos pareceres e resoluções vigentes do Conselho Nacional de

Educação (CNE), bem como pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição.

O currículo do curso é compreendido como o conjunto de atividades teórico-práticas, de experiências, de situações de ensino-aprendizagem, vivenciadas pelo aluno da Licenciatura em História durante sua formação, procurando assegurar uma formação docente que permita a atuação profissional em contextos plurais. Assim, as atividades teórico-práticas desenvolvidas ao longo de todo o curso asseguram articular de modo harmonioso as dimensões: humana, técnica, pedagógica, político-social e ética.

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) é sustentada nos seguintes princípios teórico-metodológicos:

- a) **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** a pesquisa é razão de ser da universidade, é o que justifica a sua existência; o ensino é uma das formas da difusão dos resultados da pesquisa e deve privilegiar a investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades sociais e, se necessário, transformar tais realidades. A extensão amplia a repercussão dos resultados da pesquisa para a comunidade interna e, principalmente, externa.
- b) **Formação profissional para a cidadania:** compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- c) **Interdisciplinaridade:** a análise dos objetos de estudo sob diversas perspectivas contribui para a maior objetividade do conhecimento.
- d) **Relação orgânica entre teoria e prática:** todo conteúdo curricular da Licenciatura em História deve fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem.

3.2 Objetivos

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) possui como objetivos:

- Estimular o conhecimento de diferentes culturas ao longo do tempo, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, de modo que o ensino e a prática da História venham a se tornar um importante instrumento de construção da cidadania;
- Incentivar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação histórica visando ao desenvolvimento

da criação e difusão da cultura e, desse modo, estimular a compreensão do profissional acerca dos condicionantes que conformam o tempo presente;

- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- Formar, na área específica do conhecimento de História, profissionais aptos para a inserção em setores de ensino e pesquisa e para a sua participação no desenvolvimento da sociedade brasileira como membros da sociedade global;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual numa perspectiva processual, e assim prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

3.3 Perfil do Egresso

O egresso da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) estará apto a:

- Atuar como professor de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, das redes pública e privada;
- Atuar como produtor e consultor de materiais didáticos - pedagógicos;
- Integrar projetos educacionais relacionados com História, Memória e Patrimônio Cultural, bem como, iniciativas públicas e particulares que envolvam arquivos, bibliotecas, monumentos, festas, folclore, música, arte, rituais e toda uma vertente de patrimônio;
- Desenvolver e cooperar em projetos de pesquisas que tenham relação com os imaginários e simbologias tendentes à integração cultural e social de diferentes comunidades, na esfera local, regional, nacional e internacional;
- Articular saberes, fazeres e valores, mobilizando a produção bibliográfica, as metodologias e as fontes da História, para responder aos desafios que se colocarem

no ensino na educação básica, na pesquisa e difusão do conhecimento histórico e na proteção do patrimônio cultural;

- Compreender as abordagens e os métodos envolvidos na produção e comunicação do conhecimento científico e do ensino de História;
- Articular teoria e prática na problematização e abordagem de temas de interesse histórico;
- Orientar atividades didáticas em museus, casas de culturas e arquivos públicos;

Diante das reformas curriculares resultantes das mudanças educacionais ocorridas com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), a Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) visa inserir no mundo do trabalho e na vida cidadã, profissionais para atuar na educação básica brasileira, além da atuação em espaços não escolares.

Tal profissional terá uma visão ampla das dimensões política, social, econômica, histórica, cultural, pedagógica, psicológica e técnica do processo ensino- aprendizagem em consonância com a realidade atual. Com isso, propõem-se como habilidades, competências e atitudes necessárias para o desempenho da prática docente em História as relacionadas a seguir: o reconhecimento e análise das formações sociais historicamente construídas, bem como dos processos históricos recentes, que propiciam mudanças contemporaneamente vivenciadas; a identificação, investigação, análise e inter-relacionamento das peculiaridades dos processos históricos e seu nexos com a práxis cotidiana; a relevância das práticas pedagógicas como meio facilitador da apropriação do conhecimento; os significados das representações contidas no acervo historiográfico.

3.4 Mundo do Trabalho do Licenciado em História

O egresso da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) encontrará um mundo de trabalho amplo e poderá atuar como docente de educação básica em instituições municipais, estaduais, federais ou particulares, além de outras atividades profissionais na área de educação, a saber:

- Assessoria em órgãos públicos, empresas e ONGs na elaboração de projetos sociais, culturais e educacionais.
- Assessoria em projetos de História Pública e divulgação científica online.
- Atuação em museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação.
- Consultoria para produções artísticas (cinema, teatro, literatura) com foco em rigor histórico.

- Criação de roteiros históricos para documentários, séries e materiais audiovisuais.
- Curadoria de exposições históricas e culturais.
- Desenvolvimento de jogos educativos digitais com enfoque histórico.
- Divulgação científica em meios acadêmicos e de comunicação social.
- Mediação cultural em instituições museológicas e culturais.
- Produção de artigos, livros e materiais paradidáticos em História
- Produção de conteúdos históricos para mídias digitais (blogs, podcasts, canais de vídeo, redes sociais).
- Produção de roteiros para visitas guiadas em cidades históricas e patrimônios culturais.
- Projetos de preservação da memória e do patrimônio material e imaterial.

3.5 Mecanismos de acompanhamento e avaliação dos aspectos gerais do curso

3.5.1 Acompanhamento e avaliação do PPC

O presente PPC materializa a soma dos esforços e visões de um coletivo de docentes da UNIVASF a fim de garantir o funcionamento da Licenciatura em História no Campus Senhor do Bonfim, assim, pode ser considerado o documento norteador das ações docentes e discentes, destacando-se como referência teórica na qual se respalda a prática do curso. Cabe ressaltar que o exposto nesse documento regimental equivale às diretrizes para a práxis educativa, sendo inevitavelmente revisto e modificado quando a realidade demandar. Não é e não será um documento imutável.

A ação sistemática necessita nortear os processos avaliativos, não só dos discentes, docentes e da aprendizagem, mas também desse PPC, assim, possibilitando, dessa forma, conhecer e propor ações em torno da dinâmica de trabalho em sala de aula dos estudantes e dos docentes. Para que esses objetivos sejam alcançados, faz-se necessário um acompanhamento processual da operacionalização do PPC da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim). Assim, verifica-se o desenvolvimento atual e pode-se propor a inclusão de novas propostas, contemplando as demandas regionais e os avanços na História e na educação. Portanto, as situações de ensino e aprendizagem serão ponto de partida para as análises aliadas às avaliações discentes e docentes acerca das ações pedagógicas, estruturais e relacionais do curso.

A partir do início de funcionamento do curso a execução deste PPC será acompanhada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) formado no âmbito do Colegiado Acadêmico da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), que considerará os direcionamentos de avaliações internas, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)

e pela Comissão Própria de Avaliação do Colegiado (CPAC), e externamente realizada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

3.5.2 Processo de Ensino e Aprendizagem

A proposta pedagógica da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que necessitam ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho dos estudantes e docentes e à relação professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos necessitam ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de mediação pedagógica como fator regulador e imprescindível no processo de ensino e aprendizagem.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com o desenvolvimento da aprendizagem, com o redimensionamento metodológico, buscando aprendizagens significativas para quem aprende, para quem ensina e para atender às necessidades do contexto atual. Para tanto, o estudante necessita saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e dos conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma avaliação escrita ou um trabalho ao final do semestre letivo. Nesse sentido, a avaliação será desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a reconstrução e construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de docentes-cidadãos.

Nessa perspectiva, é de suma importância que os docentes utilizem instrumentos diversificados que possibilitem observar melhor o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas e tomar decisões, tal como reorientar o estudante no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, exercendo o seu papel de orientador que reflete na ação e que age.

O desempenho mínimo do discente seguirá os critérios determinados pela Resolução CONUNI nº 08/2015 que versa sobre as Normas Gerais de Funcionamento do Ensino de Graduação (Univasf, 2015), apresentados neste PPC da seguinte forma:

1. **Aprovação Direta** - o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75 % nas atividades de cada componente curricular e estágio.
2. **Aprovação com Exame Final** - o aluno que obtiver a média parcial igual ou superior a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete) deve submeter-se a exame final e será aprovado na mesma se obtiver média aritmética final igual ou superior a 5,0 (cinco).
3. **Reprovação direta por nota** - o aluno que obtiver média inferior a 4,0 (quatro).
4. **Reprovação** - o aluno que obtiver média aritmética final inferior a 5,0 (cinco) após o exame final.
5. **Reprovação por falta** - o aluno que não cumprir 75 % (setenta e cinco por cento) de frequência à programação do componente curricular ficará reprovado, independentemente das médias obtidas.
6. **Reprovação por nota e falta** - quando o aluno se enquadra simultaneamente nas condições 3, 4 e 5.

3.5.3 Autoavaliação do Curso

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), em consonância com o disposto na Lei nº 10.861/04 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com o Programa de Desenvolvimento Institucional, encontra-se submetido a diversos processos avaliativos, incluídos em duas grandes dimensões, uma externa e outra interna. A primeira é realizada pelo MEC e cumpre as exigências do SINAES; essa avaliação é periódica e procura garantir as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (Lei nº 9.394/96) e aos demais dispositivos da legislação educacional em vigor.

Dentre os instrumentos complementares do SINAES destacam-se o ENADE e a avaliação dos cursos de graduação. Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) será continuamente

avaliada pela Comissão Própria de Avaliação do Colegiado (CPAC) instituída no âmbito de seu Colegiado Acadêmico, além de seguir as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída na UNIVASF, com o objetivo de subsidiar os processos avaliativos dos diferentes cursos no âmbito da instituição. A CPAC foi criada pautada na legislação do SINAES.

Essa avaliação ocorrerá periodicamente, contemplando a análise global e integrada das dimensões: estrutura, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição, levando em consideração o respeito à identidade do curso, possibilitando assim que indiquemos as concepções dos discentes, docentes e técnicos sobre os diversos temas ou setores do curso e da instituição, apresentando os pontos positivos e negativos, permitindo mais clareza ao curso quanto às esferas que devem ser modificadas e/ou aprimoradas continuamente.

Serão avaliadas as seguintes características do docente: domínio de conhecimento sobre o conteúdo que desenvolve; se aborda o conteúdo do componente curricular sob diversos enfoques teóricos; se desenvolve o programa com coerência e segurança; se possui relacionamento interpessoal e institucional competente; se apresenta o plano de ensino aos discentes; se atualiza as técnicas de ensino.

Serão também avaliados os materiais didáticos utilizados pelos docentes. Essa avaliação será realizada pelos discentes e acompanhada pela Comissão Própria de Avaliação do Colegiado Acadêmico da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim).

3.5.4 Mecanismos de Acompanhamento dos Egressos

A partir da Resolução CONUNI/UNIVASF nº 26/2019 que estabelece a Política Institucional de Egressos, a UNIVASF, a partir de ações sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, acompanhará a participação no mundo do trabalho os egressos que encerrarem o vínculo com a instituição formadora, permanecendo sem acesso ao intercâmbio com seus antigos docentes e especialistas em suas áreas de trabalho. A UNIVASF em apoio a seus egressos pretende mantê-los atualizados, checando suas inserções no mercado de trabalho e suas vivências e dificuldades profissionais. Usando modernas tecnologias de informação e comunicação, através do portal universitário, tentará também auxiliar na resolução de problemas profissionais cotidianos, através de consulta ao corpo docente do curso e de outras áreas da faculdade.

3.6 Política de Atendimento ao Discente

A fim de garantir o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência dos

discentes do Curso de História - Licenciatura, a UNIVASF dispõe de uma ampla política de assistência acadêmica, por entender que, além do compromisso com uma educação pública superior de qualidade, é necessário que se garantam as condições necessárias para que estudantes de baixa renda possam permanecer estudando ao longo de sua formação. Para isso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIVASF considera:

[...] a assistência acadêmica como o direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, independentemente de sua condição física ou financeira, e ser tratado com igualdade, respeitando-se as diferenças, possibilitando a todos uma formação universitária consistente e compatível com as atuais exigências da sociedade (UNIVASF, 2009 p. 34).

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) receberá discentes não só do município de Senhor do Bonfim (BA) e da região do Piemonte Norte do Itapicuru, mas também de outras localidades do Brasil. Nesse sentido, o programa de assistência acadêmica torna-se imprescindível para a permanência dos discentes em seu processo de formação. Para tanto, a Universidade oferece, juntamente com os demais órgãos de fomento, bolsas de estudo e auxílio-alimentação.

Segundo o PDI da UNIVASF a política de atendimento aos discentes necessita ser pautada nos quatro itens, a saber: 1. Formas de acesso e programas de apoio pedagógico e financeiro; 2. Estímulos à permanência; 3. Organização Estudantil e espaço para participação e convivência e 4. Acompanhamento dos egressos (UNIVASF, 2009).

No que diz respeito às formas de acesso a Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), bem como aos demais cursos da instituição, adotar-se-á o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação para candidatos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas. As vagas ociosas da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), obedecerão às normas estabelecidas na Resolução CONUNI/UNIVASF nº 28/2019 que trata do Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas dos cursos de Graduação da UNIVASF (PS-PVO) (UNIVASF, 2019).

No que tange à organização estudantil e espaço para participação, os discentes da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) serão representados pelo Diretório Acadêmico (DA) e por um representante estudantil com direito a voz e voto nas reuniões de colegiado, além das diferentes comissões formadas no âmbito dele, o que lhes possibilita o exercício e a formação da cidadania.

Dessa forma, os discentes serão estimulados pelo colegiado a participar de atividades científicas, culturais, artísticas e de lazer que visam não só uma formação acadêmica e científica, mas uma formação humanística e crítica da realidade que os cerca. Para realização de tais

atividades como encontros científicos e congressos, bem como para desenvolvimento de trabalhos de campo, o Campus de Senhor do Bonfim conta com veículos para o transporte dos discentes.

A UNIVASF pauta sua Política de Atendimento Estudantil (PAE) visando promover o acesso e a permanência de todos os discentes no Ensino Superior, independentemente de sua condição física, mental ou socioeconômica, assegurando a todos os discentes, igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. A rede de parceria conveniada com o Sistema Educacional Municipal e Estadual para as outras graduações poderão ser utilizadas para suporte ao intercâmbio e estágios dos discentes do Curso de Licenciatura em História.

3.7 Política de Inclusão e Acessibilidade

As políticas brasileiras para educação inclusiva têm como base o desdobramento das discussões acumuladas pela construção dos direitos humanos. A compreensão da inclusão aparece como resposta a homogeneização das reflexões que têm como base a igualdade. Dentro desse contexto, na UNIVASF existe o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), cuja coordenação objetiva implantar uma política interna voltada para Educação Inclusiva cujo objetivo é:

[...] a implantação de políticas inclusivas dentro da UNIVASF, tais como: – Projeto “Sentindo na Pele”, cursos de LIBRAS, Braille e Acessibilidade para a comunidade acadêmica, aquisição de equipamentos em Tecnologia Assistiva (cadeiras de rodas, softwares etc.), curso “Inclusão e Acessibilidade no serviço Público” em parceria com o setor de Capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas. Além de parcerias com instituições externas visando à implantação de práticas sociais inclusivas na região do Vale do São Francisco (Univasf, 2017, s/n).

A compreensão sobre a política inclusiva na Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) tem como base a inversão da lógica de exclusão até então predominante no sistema educacional, por isso, a partir do que for demandado, pretende-se atender todos os discentes com um trabalho de qualidade, reconhecendo e valorizando suas diferenças e desfazendo preconceitos.

Como reflexo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que no Título III, Artigo 4º §III, e em consonância com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) defende o atendimento educacional especializado e gratuito a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), a fim de atender as demandas legais e compreensão que inclusão de pessoas com deficiência é fundamental para uma educação democrática, apresenta em sua matriz curricular o componente obrigatória LIBRAS (7º Semestre) e o componente optativo Educação na Perspectiva Inclusiva, com a expectativa de contribuir com o ensino inclusivo em unidades educativas diversificadas.

3.8 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Senhor do Bonfim, já conta com a constituição de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), via portaria nº 2526/PROEN/UNIVASF, de 13 de novembro de 2024, em conformidade com a Resolução CONUNI/UNIVASF nº 014/2021, que regulamenta esse órgão consultivo no âmbito institucional.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) atua como instância vinculada ao Colegiado Acadêmico, responsável por acompanhar e consolidar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assegurando sua constante atualização e coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os objetivos da formação docente em História. Entre suas atribuições destacam-se a análise e revisão periódica do PPC, a definição de diretrizes gerais para os planos de ensino, a proposição de mecanismos de interdisciplinaridade, bem como o incentivo a atividades de pesquisa e extensão integradas ao processo formativo.

A constituição do NDE da Licenciatura em História observou o disposto na Resolução nº 014/2021, prevendo a participação do (a) coordenador (a) do curso e de, no mínimo, cinco docentes do quadro permanente, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva e com titulação em programas de pós-graduação stricto sensu, garantindo-se a representatividade das diferentes áreas do curso. Dessa forma, assegura-se que o núcleo atue de forma coletiva, integrada e contínua, acompanhando a implementação e a consolidação da proposta pedagógica.

O NDE do curso de Licenciatura em História, via portaria nº 2526/PROEN/UNIVASF, de 13 de novembro de 2024, é composto pelos seguintes docentes:

- Prof. Dr. Albano de Goes Souza
- Prof. Dr. Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo
- Profa. Dra. Camila Batista Gama Moura
- Prof. Dr. Cleyton Tavares da Silveira Silva

- Prof. Dr. José Eduardo Ferraz Clemente
- Profa. Dra. Karine Teixeira Damasceno
- Prof. Dr. Marcus Vinicius Santana Lima Almeida
- Prof. Dr. Pedro Carvalho Oliveira

Com sua efetiva constituição, o NDE contribui para a qualidade acadêmica do curso, atuando de forma integrada na implementação, acompanhamento e aprimoramento das práticas pedagógicas, assegurando a coerência entre a proposta formativa, os desafios contemporâneos do ensino de História e as demandas sociais e educacionais da região.

3.9 Atualização do PPC frente a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece que a formação inicial necessita assegurar “a associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o futuro profissional do magistério atuará e vinculadas aos diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura e ao estágio curricular supervisionado” (BRASIL, 2024, p. 3).

Este dispositivo normativo de formação docente nacional não apenas reafirma a centralidade da prática como elemento formativo, mas exige a reestruturação das licenciaturas para que o estágio supervisionado obrigatório seja implementado desde o início do curso, o que implica em maior carga horária e em um regime formativo que possibilite a presença contínua do estudante tanto nos ambientes acadêmicos quanto nas instituições de Educação Básica. Deste modo, o corpo docente da Licenciatura em História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Senhor do Bonfim, compreende que a adoção do turno integral se torna uma condição indispensável para o cumprimento desta nova legislação, evitando que o curso amplie a quantidade de semestres de oferta, opere em descompasso com as exigências do Conselho Nacional de Educação (CNE) e impacte consideravelmente o processo de formação dos discentes.

A mudança de oferta do curso do regime “matutino” para o regime de oferta “Integral” encontra sua justificativa em um conjunto de fatores normativos que, articulados, revelam a necessidade de adequação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), em vigência, às novas demandas da formação inicial de docentes para a Educação Básica no Brasil (BRASIL, 2024).

Tal alteração não representa apenas uma reorganização administrativa, mas uma resposta concreta à Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que redefiniu os parâmetros nacionais para a formação inicial em nível superior dos profissionais do magistério,

instituindo novas diretrizes que vinculam, de modo indissociável, teoria e prática desde o início da trajetória acadêmica do licenciando. Ao mesmo tempo, reflete um compromisso institucional com a qualidade formativa, a articulação com as realidades regionais e a consolidação de um curso capaz de atender às necessidades educacionais do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru.

No PPC atualmente vigente (UNIVASF, 2024), a Licenciatura em História foi concebida para garantir uma formação ampla, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na relação orgânica entre teoria e prática, princípios já anunciados como estruturantes do curso: “todo conteúdo curricular da Licenciatura em História deve fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem” (UNIVASF, 2024, p. 13). No entanto, a nova regulamentação (Brasil, 2024) exige que esses princípios se materializem de modo mais intenso e distribuído ao longo de toda a formação, o que demanda a reorganização das atividades acadêmicas e práticas em um regime de tempo integral.

A nova matriz curricular aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) em 2025 materializa essas exigências. Distribuindo 3.345 horas em oito semestres, inserindo o estágio supervisionado obrigatório em 6 (seis) etapas progressivas, iniciando no primeiro semestre do curso (Estágio Supervisionado I – 45 horas), evoluindo gradativamente em cada um dos 5 (cinco) estágios subsequentes. Essa estrutura não apenas atende ao comando legal de garantir a socialização profissional inicial dos licenciandos, mas promove uma imersão precoce e contínua nos espaços escolares, possibilitando que os futuros docentes articulem os conteúdos históricos, pedagógicos e metodológicos ao contexto real da prática docente.

Além disso, a nova matriz amplia significativamente a carga horária de componentes com foco na extensão, como o Núcleo Temático e os Seminários Integradores I e II, dedicados à experimentação pedagógica, ao desenvolvimento de projetos de extensão e à produção de conhecimento em História articulada às demandas da comunidade escolar e regional. Com mais tempo para inserção em projetos comunitários, os licenciandos poderão vivenciar práticas que contribuam não apenas para sua formação, mas também para o fortalecimento dos vínculos entre universidade e sociedade, reafirmando o papel da instituição na promoção do desenvolvimento regional e na valorização das comunidades tradicionais presentes na região, como quilombolas e indígenas.

Do ponto de vista administrativo, a mudança para o regime integral também se mostra estratégica, pois confere maior coerência entre os documentos institucionais — Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e PPC —, atendendo ao disposto no §1º do Art. 1º da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que determina que as Instituições

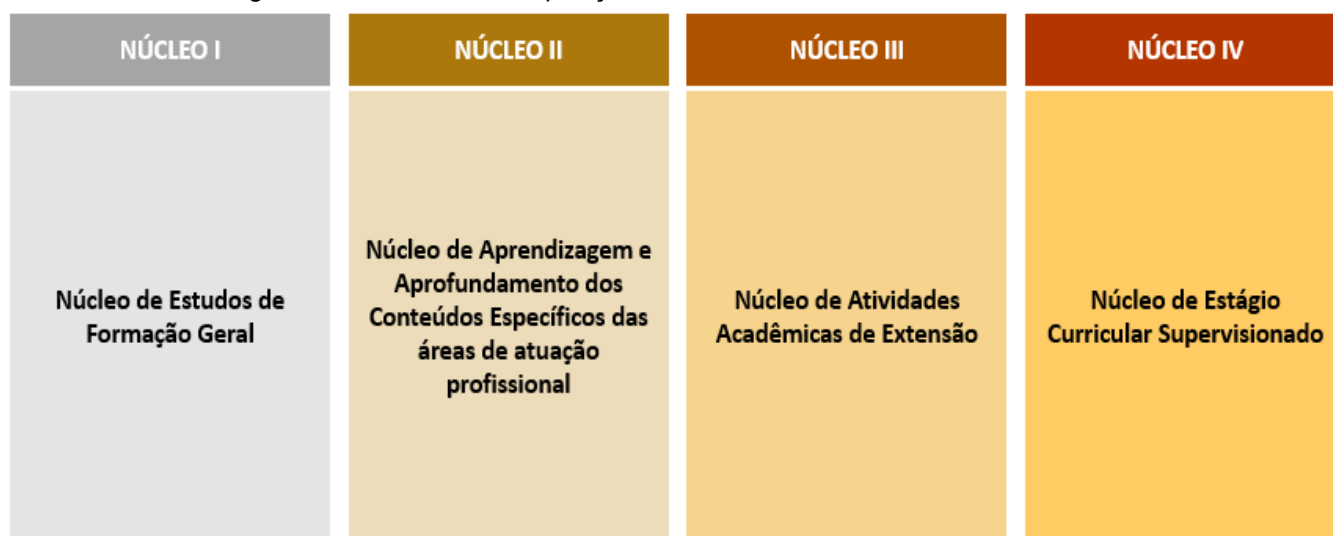
de Educação Superior devem conceber seus cursos “de forma a promover o avanço das políticas públicas de educação, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), manifestando organicidade entre o PDI, o PPI e o PPC” (BRASIL, 2024, p. 1).

Portanto, a adoção do turno integral para a Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) necessita ser compreendida como um passo essencial para a consolidação de um curso que, além de atender às exigências legais vigentes, se compromete com a formação de docentes críticos, reflexivos e socialmente engajados. Trata-se de uma decisão que articula fundamentos normativos, demandas pedagógicas e responsabilidades sociais, reafirmando o compromisso da universidade com a excelência acadêmica e com a transformação das realidades educacionais do semiárido nordestino.

4 ESTRUTURA CURRICULAR

A resolução CNE/CES nº 13/2002 regulamenta o perfil do egresso, as competências, as habilidades, a organização do curso, os conteúdos curriculares e os estágios de cursos licenciaturas em História no Brasil (Brasil, 2002). Com base nesse direcionador regimental oficial, o currículo da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) está organizado em 4 (quatro) núcleos (ver figura 01):

Figura 01. Núcleos de composição do currículo da Licenciatura em História.



Fonte: Elaborada pelo Núcleo Docente Estrutura (NDE)

Estes núcleos fornecem lastro teórico-metodológico à formação do licenciado em História na UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), a saber:

- **NÚCLEO I - Estudos de formação Geral:** responsável por aprofundar temas e conhecimentos gerais históricos e pedagógicos em intersecção com outras áreas científicas.
- **NÚCLEO II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional:** responsável por oferecer o conhecimento técnico e específico da História;
- **NÚCLEO III - Atividades Acadêmicas de Extensão:** atende o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014) e a Resolução UNIVASF/CONUNI nº 003/2022 que trata sobre a Curricularização da Extensão destinando a partir de 10% do total dos créditos para a atuação dos discentes em ações extensionistas dentro do conteúdo programático das disciplinas obrigatórias do curso, além de projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes do curso.
- **NÚCLEO IV - Estágio Curricular Supervisionado:** constitui-se em espaço

formativo fundamental para a articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Tem como objetivo proporcionar ao discente a vivência em ambientes escolares da Educação Básica, permitindo a observação, a análise crítica e a intervenção pedagógica orientada, de modo a consolidar competências didáticas, metodológicas e investigativas.

O presente PPC, também, está de acordo com a Resolução CNE/CP nº 04/2024, que regulamenta a carga horária dos cursos de formação de docentes da educação básica, em nível superior, em curso de licenciatura, efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas em oito semestres ou quatro anos (Brasil, 2024). A nova proposta curricular da Licenciatura em História (Campus Senhor do Bonfim) abrange uma carga horária total de 3.345 horas, conforme descrito no quadro 02.

Quadro 02. Resumo da carga horária do curso.

ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Atividades Formativas (disciplinas obrigatórias)	2370 horas
Atividades Formativas (disciplinas optativas)	120 horas
Atividades Formativas (disciplinas eletivas)	120 horas
Núcleo Temático	240 horas
Estágio Supervisionado	405 horas
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	90 horas
TOTAL	3.345 horas

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estrutura (NDE)

As disciplinas oferecidas ao longo da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) se encontram distribuídas da seguinte forma: componentes curriculares obrigatórios de conteúdos históricos; componentes curriculares obrigatórios de formação geral; componentes curriculares extensionistas; componentes curriculares obrigatórios de estágio curricular supervisionado; componentes curriculares eletivos; componentes curriculares optativos.

4.1 Organização do currículo

Os componentes curriculares demonstrados no quadro 03 a seguir estão dispostos semestralmente e divididos durante 4 (quatro) anos necessários para conclusão da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim), assim, conduzindo aos discentes um conhecimento contínuo e inerente à sua formação.

Quadro 03: componentes curriculares e carga horária do curso

1º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Antiga I	45	15	-	-	60
Introdução aos Estudos Históricos	60	-	-	-	60
Metodologia Científica	45	15	-	-	60
História da Ciência e da Tecnologia	45	15	-	-	60
Psicologia da Educação	60	-	-	-	60
Introdução à Docência	60	-	-	-	60
Estágio Supervisionado I	15	30	-	-	45
CARGA HORÁRIA TOTAL					405
2º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Antiga II	60	-	-	-	60
Teoria da História I	60	-	-	-	60
História da América	60	-	-	-	60
História da África	60	-	-	-	60
História das Ciências no Brasil	45	15	-	-	60
Política e Organização da Educação Básica	-	-	-	60	60
Estágio Supervisionado II	15	30	-	-	45
CARGA HORÁRIA TOTAL					405
3º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Medieval I	60	-	-	-	60
Teoria da História II	60	-	-	-	60
História do Brasil I	60	-	-	-	60
LIBRAS	60	-	-	-	60
Educação em Espaços Não Formais	45	15	-	-	60
Didática	60	-	-	-	60
Estágio Supervisionado III	15	30	-	-	45
CARGA HORÁRIA TOTAL					405
4º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Medieval II	60	-	-	-	60
Historiografia Brasileira	60	-	-	-	60
História do Brasil II	60	-	-	-	60
História da Bahia I	45	15	-	-	60
Seminário Integrador em História I	15	-	90	-	105
Metodologia do Ensino da História I	60	-	-	-	60
Estágio Supervisionado IV	15	75	-	-	90
CARGA HORÁRIA TOTAL					495
5º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Moderna I	60	-	-	-	60
Optativa I	60	-	-	-	60
História do Brasil III	45	15	-	-	60
História da Bahia II	60	-	-	-	60
Educação do Campo	45	15	-	-	60
Eletiva I	60	-	-	-	60
Estágio Supervisionado V	15	75	-	-	90
CARGA HORÁRIA TOTAL					450

6º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Moderna II	60	-	-	-	60
Optativa II	60	-	-	-	60
História do Brasil IV	60	-	-	-	60
Projeto de Pesquisa	30	30	-	-	60
Educação Escolar Quilombola	45	15	-	-	60
Metodologia do Ensino da História II	45	15	-	-	60
Estágio Supervisionado VI	15	75	-	-	90
CARGA HORÁRIA TOTAL					450
7º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Contemporânea I	60	-	-	-	60
História e Cultura Afro-brasileira	60	-	-	-	60
História e Cultura Indígena no Brasil	45	15	-	-	60
Núcleo Temático	30	30	180	-	240
CARGA HORÁRIA TOTAL					420
8º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA*				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
História Contemporânea II	60	-	-	-	60
Trabalho de Conclusão de Curso	15	75	-	-	90
Eletiva II	60	-	-	-	60
Seminário Integrador em História II	15	-	90	-	105
CARGA HORÁRIA TOTAL					315
TOTAL GERAL: 3.345 horas					

*TEO= Teoria; PRA= Prática; EXT=Extensão; EAD= Educação a Distância

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVASF (CAMPUS SENHOR DO BONFIM)							
1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
História Antiga I 60 horas	História Antiga II 60 horas	História Medieval I 60 horas	História Medieval II 60 horas	História Moderna I 60 horas	História Moderna II 60 horas	História Contemporânea I 60 horas	História Contemporânea II 60 horas
Introdução aos Estudos Históricos 60 horas	Teoria da História I 60 horas	Teoria da História II 60 horas	Historiografia Brasileira 60 horas	Optativa I 60 horas	Optativa II 60 horas	História e Cultura Afro-brasileira 60 horas	Trabalho de Conclusão de Curso 90 horas
Metodologia Científica 60 horas	História da América 60 horas	História do Brasil I 60 horas	História do Brasil II 60 horas	História do Brasil III 60 horas	História do Brasil IV 60 horas	História e Cultura Indígena no Brasil 60 horas	Eletiva II 60 horas
História da Ciência e da Tecnologia 60 horas	História da África 60 horas	LIBRAS 60 horas	História da Bahia I 60 horas	História da Bahia II 60 horas	Projeto de Pesquisa 60 horas	Núcleo Temático 240 horas	Seminário Integrador em História II 105 horas
Psicologia da Educação 60 horas	História das Ciências no Brasil 60 horas	Educação em Espaços Não Formais 60 horas	Seminário Integrador em História I 105 horas	Educação do Campo 60 horas	Educação Escolar Quilombola 60 horas		
Introdução à Docência 60 horas	Política e Organização da Educação Básica 60 horas	Didática 60 horas	Metodologia do Ensino de História I 60 horas	Eletiva I 60 horas	Metodologia do Ensino de História II 60 horas		
Estágio Supervisionado I 45 horas	Estágio Supervisionado II 45 horas	Estágio Supervisionado III 45 horas	Estágio Supervisionado IV 90 horas	Estágio Supervisionado V 90 horas	Estágio Supervisionado VI 90 horas		
405 horas	405 horas	405 horas	495 horas	450 horas	450 horas	420 horas	315 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO – 3345 HORAS							

1º SEMESTRE

HISTÓRIA ANTIGA I

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA:

Introdução à Arqueologia, seus conceitos e métodos. Desenvolvimento e expansão do gênero humano: da África às Américas. O conceito de Antiguidade Oriental e aspectos de sua mobilização no mundo contemporâneo. Povoamento da Crescente Fértil. As sociedades do Vale do rio Nilo: Egito e Kush. As sociedades urbanas dos vales dos rios Tigre e Eufrates; A arqueologia da Palestina: cultura material e literatura de época. Os Fenícios e as conexões do Mediterrâneo Oriental.

OBJETIVO: Compreender a formação das sociedades do Oriente Próximo e suas conexões na bacia mediterrânea.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

LIVERANI, Mario. Antigo Oriente. História, Sociedade e Economia. Trad. Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2016.

MOKTHAR, Gamal. (Org.). História Geral da África: África Antiga. Vol. II. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

TRIGGER, Bruce. História do Pensamento Arqueológico. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BAINES, John; MALEK, Jaromir. O mundo egípcio: deuses, templos e faraós. Trad. Maria Emilia Vidigal. Madrid: Edições del Prado, 1996.

CARDOSO, Ciro F. Sociedades do antigo Oriente próximo. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

FINKELSTEIN, Israel. O reino esquecido. Arqueologia e história de Israel Norte. Trad. Silas Klein Cardoso. São Paulo: Paulus, 2015

PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações: História natural, história social, agricultores e criadores, mesopotâmicos, egípcios e hebreus. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

REDE, Marcelo. Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:-	Extensão: -
EMENTA	Primeiras coordenadas sobre o mundo acadêmico e o conhecimento histórico. Os conceitos de História e de ciência histórica. Os conceitos de tempo e tempo histórico. As noções de verdade e verdade histórica. Introdução à ideia de teoria e metodologia da História. Arquivos, métodos e fontes. A construção da pesquisa histórica. O papel social do historiador. O público da História. A História como cultura humana. A arte de narrar o cotidiano.		

OBJETIVO: Introduzir os discentes nos conceitos principais da ciência histórica, tais como história, tempo, verdade, arquivo, fonte e narrativa. Ressaltar o papel social de historiadoras e historiadores para a compreensão de sociedades passadas e do presente. Apresentar possibilidades de pesquisa histórica, ressaltando teorias e metodologias específicas da área. Conscientizar os discentes acerca de outras formas de produção do conhecimento histórico que vão além do circuito acadêmico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

JENKINS, Keith. A história repensada. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2007.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DUBY, Georges. A história continua. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de pesquisa em História. São Paulo: Contexto, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012.

REZENDE, Antonio Paulo. Ruídos do efêmero: histórias de dentro e de fora. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão:-
EMENTA	O conhecimento: natureza, tipos, princípios. Diretrizes teórico metodológicas para a leitura, análise, interpretação e elaboração de trabalhos acadêmicos. Método científico. A pesquisa científica e os trabalhos científicos: natureza, técnicas, métodos e normas. Normas da ABNT para elaboração de trabalhos acadêmicos. Elaboração de trabalhos acadêmicos. Fontes de pesquisa. Ética na pesquisa e em produção de trabalhos acadêmicos. Plágio. Meios de divulgação da pesquisa científica.		
OBJETIVO: instrumentalizar os discentes para desenvolvimento de práticas de pesquisas científicas vinculadas ao meio universitário.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
LAKATOS, E. M. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
RODRIGUES, A. J. Metodologia Científica. São Paulo: Avercamp, 2006.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
CHALMERS, A.F. O que é ciência afinal? Trad. Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993.			
DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2012.			
GALLIANO, A. G. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.			
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.			
MINAYO, M. C. S (org); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.			

HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	História do conhecimento: a História da Ciência e da Tecnologia. Mitos e concepções sobre a origem do Universo. O homem pré-histórico brasileiro e os conhecimentos tradicionais. As civilizações da antiguidade, seus conhecimentos e tecnologias. A passagem do mito para a filosofia na Grécia. A filosofia natural na Idade Média. As origens intelectuais e sociais da Ciência Moderna. A Caça às Bruxas nos Tempos Modernos. A Revolução Científica Moderna. O surgimento de uma nova física e o pensamento mecanicista. A ciência e a Revolução Industrial. Da Alquimia à Química Moderna. O Cientificismo do Século XIX. Tópicos de História da Ciência e da Tecnologia no mundo contemporâneo.		
OBJETIVO: Investigar a História da Ciência e da Tecnologia, abordando a importância dos conhecimentos tradicionais e dos Mitos, as origens do pensamento filosófico e científico, bem como desenvolvimento da tecnologia ao longo da História, desde a antiguidade ao desenvolvimento da “Ciência Moderna” e suas implicações para o mundo contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: FARA, Patrícia. Uma Breve História da Ciência. São Paulo: Fundamento, 2014. JAPIASSU, Hilton. As Paixões da Ciência. São Paulo: Letras e Letras, 1991. MARTINS, R. A. O Universo: teorias sobre a sua origem e evolução. São Paulo: LF Editorial, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ALFONSO-GOLDFARB, A. M. O que é História da Ciência. São Paulo: Brasiliense, 2004. CAMENIETZKI, C. Z. A. Cruz e a Luneta: Ciência e Religião na Europa Moderna. Rio de Janeiro: Access, 2001. NEVES, L. S. História da Química: um livro texto para a graduação. Campinas, SP: Editora Átomo, 2008. ROCHA, J. F. (Org) Origens e Evolução das Ideias da Física. Salvador: EDUFBA, 2002. RONAN, C. A. História ilustrada da ciência: da universidade de Cambridge. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. Volume I, II, III, IV.			

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Introdução a Psicologia enquanto ciência. As contribuições da Psicologia da Educação para a Aprendizagem Escolar. A Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento humano: como as crianças, adolescentes e adultos aprendem. A Psicologia da Aprendizagem. Teorias Psicanalistas. Teorias Behavioristas. Teorias Construtivistas. Teorias Humanistas.		

OBJETIVO: Analisar as principais contribuições das teorias psicológicas relevantes para a compreensão da construção da subjetividade no processo educativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, Ruth D. Desenvolvimento humano. Artmed editora, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BEAUDOIN, M. N.; TAYLOR, M. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. ; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. Ed., reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

COLL, C.; MARCHESI, Á. ; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Artes Médicas, 2004.

GOULART, Í. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações na prática pedagógica. Petrópolis. Vozes. 1997.

POZO, J. I. Teorias cognitivas da aprendizagem. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INTRODUÇÃO A DOCÊNCIA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Fundamentos da docência, compreendendo sua construção histórica, filosófica e sociológica como prática social e profissão em constante transformação. Trajetória histórica da educação brasileira, destacando os marcos legais, políticos e culturais que influenciaram a constituição do papel do professor e da escola na sociedade. Pressupostos filosóficos da educação, valores, finalidades, ética e compromisso social que sustentam o ato educativo. Dimensão sociológica da docência, considerando as relações entre educação, sociedade, cultura, desigualdades e inclusão social. Desafios da educação brasileira contemporânea, a função social da escola e os saberes necessários à prática educativa, articulando teoria e prática pedagógica. Processos de formação docente inicial e continuada. Perspectivas e o futuro da profissão docente diante das transformações tecnológicas, culturais e éticas que caracterizam o século XXI.		
OBJETIVO: Compreender a docência como prática social, ética e histórica, fundamentada em bases filosóficas, sociológicas e pedagógicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ALARCÃO, I. Docentes Reflexivos em uma escola reflexiva – 2.ed. – São Paulo, Cortez, 2003. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006 NÓVOA, A. Os Docentes e a sua Formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito –3. ed.-São Paulo: Cortez, 2005.			

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

TEMA	Observação nos Anos Finais do Ensino Fundamental		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 30 horas	Extensão: -
EMENTA	Observação e análise dos processos educativos que ocorrem em escolas de anos finais do ensino fundamental. Análise dos determinantes políticos, sociais, filosóficos, históricos e psicológicos da organização dos processos educativos da escola. Projeto Político Pedagógico enquanto identidade da escola. O processo de aprendizagem. Aprendizagem e o cotidiano da sala de aula.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/pedagógicos e os saberes da profissão do Historiador de forma a reconhecer o estágio observacional como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C.; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S.; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papyrus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

2º SEMESTRE

HISTÓRIA ANTIGA II

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA:

O conceito de Antiguidade ocidental e aspectos de sua mobilização no mundo contemporâneo. História Antiga e Ensino de História. O Egeu da Idade do Bronze à Idade do Ferro: Minoicos, Cíclades e Micênicos. A Arqueologia da cidade Helênica. Religiosidade, representatividade política e gênero no mundo helênico. A Formação de Roma: do mito à cultura material. Regimes políticos e sociedade em Roma: da Monarquia à República. O Império romano e suas conexões mediterrâneas.

OBJETIVO: compreender as dinâmicas políticas e sociais do mediterrâneo grego e romano.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALDROVANDI, Cibele E.; KORMIKIARI, Maria C. N.; HIRATA, Elaine F. V. (Orgs). Estudos Sobre o Espaço na Antiguidade. São Paulo: Edusp, 2011.

BRANDÃO, José L.; OLIVEIRA, Francisco de. (Orgs.). História de Roma Antiga: das origens à morte de César. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

GUARINELLO, Norberto L. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BEARD, Mary. SPQR: uma história da Roma Antiga. São Paulo: Planeta, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

JOLY, Fábio D. A Escravidão na Roma Antiga. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.

SNODGRASS, Anthony M. Homero e os artistas: texto e pintura na arte grega. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral e Ordep José Trindade Serpa. São Paulo: Odysseus: 2004.

FLORENZANO, Maria B. B. (Org.). Khoríon - Xopíon: Cidade e Território na Grécia Antiga. São Paulo: Intermeios, 2019.

TEORIA DA HISTÓRIA I

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Análise do conceito de historiografia. A escrita da história ao longo do tempo. A noção de temporalidade. A prática historiográfica na Antiguidade. A escrita e o pensamento históricos no Medievo. A História no aparecimento e desenrolar da Modernidade. As filosofias da História. O positivismo e a cientificização do conhecimento histórico. O historicismo e a arte de narrar o evento. O Marxismo e as estruturas sociais. O aparecimento da Escola dos Annales.		

OBJETIVO: Compreender e analisar as formas de se escrever e narrar a história nos períodos denominados Mundo Antigo, Mundo Medieval e Mundo Moderno. Entender as primeiras escolas historiográficas do século XX. Estudar o papel da ciência na formação de um conhecimento histórico verificável. Identificar as fontes e os objetos de reflexão histórica que diferentes historiadores usaram em suas respectivas épocas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARIÈS, Phillipe. O tempo da história. Tradução de Roberto Leal Pereira. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

REIS, José Carlos. História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARROS, José D'Assunção. Teoria da história: 2. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DOSSE, François. A história. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

KOSELLECK, Reinhart (et al.) O conceito de História. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, José Carlos. Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

HISTÓRIA DA AMÉRICA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	História e a Historiografia das Américas. O universo multidisciplinar de fontes para a História da América Indígena. As sociedades indígenas na América Antiga. O mundo mesoamericano e o mundo andino antes da conquista. As conquistas da América. Indígenas e espanhóis na construção do mundo colonial. A formação do império espanhol entre os séculos XVI e XVII. O comércio atlântico e as economias imperiais. Mineração, mão-de-obra e tributação na América hispânica. Economias escravistas no mundo atlântico. Experiências da diáspora africana nas Américas. Estruturas políticas da América Hispânica. A sociedade na Nova Espanha e no Peru. A formação do império Britânico nas Américas e no Caribe entre os séculos XVII e XVIII: governo, sociedade e economia. Competições inter-imperiais, guerra e reformismo no século XVIII. O mundo Atlântico na Era das Revoluções. A Independência das 13 Colônias. A Revolução do Haiti. As revoluções na América Hispânica. A formação dos Estados e das identidades nacionais nos Estados Unidos e nas Repúblicas da América Latina.		
OBJETIVO: Compreender a História Antiga da América, bem como os impactos do processo de colonização dentro de uma perspectiva atlântica e comparativa que leve em conta as experiências hispânica e britânica no continente entre os séculos XV e XIX, considerando seus antecedentes indígenas e o legado da colonização para os novos Estados Independentes, formados entre o século XVIII e o XIX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: BETHEL, Leslie (org.) História da América Latina: A América Latina Colonial. Vol.I. São Paulo: EDUSP, 2008. BETHEL, Leslie (org.) História da América Latina: A América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo: EDUSP, 2008. GRANT, Susan Mary. História Concisa dos Estados Unidos da América. São Paulo: EDIPRO, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ANDREWS, George Reid. América Afro-Latina (1800-2000). São Carlos: Edufscar, 2014. LEÓN-PORTILLA, Miguel. A conquista da América vista pelos povos indígenas: relatos astecas, maias e incas. Petrópolis: Editora Vozes, 2023. RESTALL, Matthew. Sete mitos da conquista espanhola. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. SCHWARTZ, Stuart, LOCKHART, A América Latina na época colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PAMPLONA, Marco Pamplona, DOYLE, Don (orgs.). Nacionalismo no Novo Mundo (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2008.			

HISTÓRIA DA ÁFRICA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:	Extensão: -
EMENTA	História da África, considerando a historiografia africana e africanista. As formações sociais africanas: valores, sistemas de crenças, organização social, política e econômica. Diversidade dos povos e do território africano, a África antes da chegada dos europeus, a expansão islâmica no continente, a escravidão na África, o Tráfico Atlântico, a formação do mundo atlântico, a expansão colonialista europeia e a emergência do racismo moderno. Desenvolvimento das ideias pan-africanistas e suas influências para as lutas anticoloniais, assim como os desafios e as possibilidades da África atual. Metodologias e fontes para o ensino e a pesquisa em História da África.		
OBJETIVO: Analisar temas relacionados à história da África desde a antiguidade a contemporaneidade, destacando a diversidade das sociedades africanas ao problematizar a dinâmica das relações sociais, culturais, políticas e econômicas no continente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: HERNANDEZ, Leila Maria G. Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008. SILVA, Alberto da C. e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 3. ed. rev. e ampla. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. UNESCO. Coleção História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: HEYWOOD, Linda M. Jinga de Angola: a rainha guerreira da África. São Paulo: Todavia, 2019. KI ZERBO, Joseph. História da África negra. Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2002. LOVEJOY, P. E. A escravidão na África. Uma história e suas transformações, tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. M'BOKOLO, Elikia. África negra: história e civilizações. Tomo 2. Salvador: EDUFBA, 2010. THORNTON, J. A África e os africanos na formação do mundo atlântico. São Paulo: Campus, 2004.			

HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	História das ciências no Brasil: Historiografia, Arquivos e Fontes. Conhecimentos tradicionais (indígenas e africanos). os naturalistas e sua importância; os jesuítas; a vinda da família real e as primeiras instituições científicas; A Revolta da Vacina; A institucionalização das Ciências Naturais no Brasil; O Brasil no pós-guerra: ciência, tecnologia e desenvolvimentismo; A criação da CAPES e CNPq; A ciência durante a Ditadura Militar; A Ciência e a Tecnologia no Brasil Contemporâneo.		

OBJETIVO: Investigar as origens e o desenvolvimento das ciências no Brasil, desde os conhecimentos tradicionais das culturas indígenas e africanas, à implantação das primeiras instituições científicas entre os séculos XIX e o desenvolvimentos das ciências e universidades brasileiras ao longo do século XX e XXI, bem como os desafios contemporâneos das ciências e da tecnologia no Brasil no tempo presente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FREIRE JUNIOR, Olival. História da Ciência e Tecnologia no Brasil do Século XX, Oxford Research Encyclopedia of Latin American History, 2020.

MOTOYAMA, S. Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil, São Paulo: Edusp, 2004.

ALMEIDA, Marta de ; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (Orgs.). Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente. Brasília: Editora IBICT, 2025.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CLEMENTE, J. E. F. Ciência e Política Durante a Ditadura Militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). Salvador: Sagga, 2020.

DANTES, M. A. M. Espaços da ciência no Brasil. 1800-1930. Rio de Janeiro, 2001.

FERRI, M.G.; MOTOYAMA, S. (Org.). História das Ciências no Brasil. São Paulo, EPU, Edusp, 1979, 1980.

HEIZER, A. L.; VIDEIRA, A. A. P. Ciência, Civilização e República nos Trópicos Rio de Janeiro: Access, 2010.

SCHWARTZMAN, S. Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CARGA HORÁRIA

Teórica: -

Prática: -

Extensão: -

EAD: 60 horas

EMENTA

Estudo do sistema educacional brasileiro em suas dimensões legais, político-sociais, administrativas e financeiras. Estrutura e organização do sistema de ensino brasileiro considerando a LDB (Lei nº 9.394/96) e as demais legislações pertinentes. Discussão das políticas públicas de educação no Brasil e de seus impactos na consolidação da educação nacional.

OBJETIVO: Analisar criticamente as políticas educacionais, a estrutura organizacional e a legislação da educação básica, articulando tais elementos à reflexão teórica e a prática no contexto do sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SAVIANI, D. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, A. Educação é um direito. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

SAVIANI, D. *et al.* O legado educacional do século XX. 3ª E d. Campinas: Autores associados, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

TEMA	Observação no Ensino Médio		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 30 horas	Extensão: -
EMENTA	Observação e análise dos processos educativos que ocorrem em escolas de ensino médio. Análise dos determinantes políticos, sociais, filosóficos, históricos e psicológicos da organização dos processos educativos da escola de ensino médio. O processo de aprendizagem no ensino médio. Aprendizagem e o cotidiano da sala de aula no ensino médio. Prática de Ensino: objetivos, importância, vantagens, problemas, dificuldades e formas de operacionalização.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/pedagógicos e os saberes da profissão do historiador de forma a reconhecer o estágio observacional como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C.; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S.; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3º SEMESTRE

HISTÓRIA MEDIEVAL I

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

Reflexões contemporâneas sobre o ensino de História Medieval. História Medieval e a formação de professores. Métodos e fontes para a pesquisa em História Medieval. Entre Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: um debate historiográfico. O Cristianismo e a formação dos reinos germânicos. Limites e horizontes da Cristandade: Ilhas Britânicas, Irlanda, Península Ibérica, Norte e Leste da Europa. Os Mundos Árabe e Bizantino.

OBJETIVO: entender os múltiplos atores na formação do Ocidente Medieval.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. História Medieval. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário analítico do Ocidente medieval - Volumes 1 e 2. São Paulo: Unesp, 2017.

WICKHAM, Chris. O Legado de Roma: Iluminando a Idade das Trevas, 400-1000. Trad. P. N. Gorga. Campinas: Ed. Unicamp, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A Realeza Cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Ed. Alameda, 2008.

COSMO, Nicola di. Impérios e trocas na Antiguidade Tardia Eurasiática - Roma, China, Irã e a Estepe por volta de 250-750. Trad. Felipe Vale da Silva. Campinas: Ed. Unicamp, 2023.

HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LANGER, Johnni. (Org.). Dicionário de História e Cultura da era Viking. São Paulo: Ed. Hedra, 2017.

SCHMITT, Jean-Claude. O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

TEORIA DA HISTÓRIA II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:	Extensão:
EMENTA	As três gerações dos Annales. O materialismo histórico. A pós-modernidade. A micro-história. A história social. A história cultural. História e gênero. História e memória. História e narrativa. História do tempo presente. História digital. Atualizações da História.		

OBJETIVO: Analisar as perspectivas teórico-metodológicas da história ao longo do século XX e XXI. Entender o aparecimento de conceitos históricos mais recentes e seus usos na historiografia atual. Compreender as mudanças geracionais no interior da historiografia e a fabricação de novos rumos para o pensamento histórico. Detalhar correspondências e diferenças entre os campos da história mais influentes no tempo presente. Discorrer sobre a semântica das pesquisas históricas praticadas nas instituições de saber e/ou fora delas. Os usos e abusos da História em tempos de falsificações e guerras de memória.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

DOSSE, François. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectivas, 2009.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DOSSE, François. A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

HISTÓRIA DO BRASIL I

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

A historiografia do Brasil Colonial. A expansão marítima europeia e os laboratórios da colonização. O imaginário do encontro colonial nos relatos de viagens, crônicas e representações. Guerras, trocas e alianças entre europeus e indígenas. Formação econômica da América Portuguesa: zonas centrais e periféricas. A Economia Açucareira. Mão-de-obra indígena e mão-de-obra africana. O tráfico transatlântico de escravizados e a formação de uma sociedade escravista. A experiência da diáspora africana na América portuguesa. O ciclo aurífero e seus impactos. O Estado do Maranhão e do Grão Pará entre a agricultura e o extrativismo. Governo e administração. Mobilidade social e hierarquias numa sociedade escravista. Igreja, sociedade e ação inquisitorial. Moral, sexualidade e religiosidade popular. O reformismo setecentista e seus impactos. A várias expressões da resistência e da rebelião. O Império Luso-Brasileiro na crise do Antigo Regime.

OBJETIVO: Analisar a formação social, política e econômica da América Portuguesa num contexto atlântico entre 1500 e 1808, introduzindo o discente aos principais debates historiográficos do presente e inscrevendo este espaço nas dinâmicas do império português, considerando suas conexões com a Europa e com a África, sem descuidar dos aspectos endógenos da dinâmica colonial.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e (org.), NOVAIS, Fernando (coord.) História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BICALHO, Maria Fernanda B., FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima, O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (orgs.). A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

METCALF, Alida. Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil (1500-1600). Tradução de Pablo Lima. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. 9ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIBRAS				
CARGA HORÁRIA	Teórica: -	Prática:-	Extensão: -	EAD: 60 horas
EMENTA	A Língua Brasileira de Sinais. Fundamentos da Educação de Surdos. Cultura e Comunidade Surdas. História dos Surdos no Brasil e no Mundo. Aspectos Linguísticos da Libras. Legislação e Acessibilidade em Libras. Vocabulário Básico da Libras.			
OBJETIVO: Ofertar o entendimento sobre as características da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e sua importância no desenvolvimento social e discursivo dos surdos.				
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CAPOVILLA, F. C.; TEMOTEO, J. G. ; MARTINS, A. C. (Org). Dicionário da língua de sinais do Brasil: a libras em suas mãos. São Paulo, SP: EDUSP, 2017. GESSER, A. Libras? que Língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. rev. e ampl. . São Paulo: EDUSP, 2015. FERREIRA, L. Por uma gramática de línguas de sinais. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. QUADROS, R. M. ; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. SILVA, C. A. A. Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.				

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	Educação em Espaços Formais, Não Formais, Informais e Não Escolares; conceito e contextualização da educação em espaços não formais; Multirreferencialidade e Educação; Questões contemporâneas da educação. Aspectos metodológicos relativos à docência em Espaços não Formais, Informais e Não Escolares; Experiências concretas de Docência em Espaços Formais e Não Formais.		

OBJETIVO: Ofertar o entendimento sobre as características da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e sua importância no desenvolvimento social e discursivo dos surdos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GOHN, M.G. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. Educação não-Formal e Cultura Política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. Educação e Mudança/ Paulo Freire: prefácio Moacir Gadotti; tradução Lilian Lopes Martin. – 34. Ed. ver. e atual. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRANDÃO, C. O que é Educação. 52 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS JUNIOR, R. P. Muito Além dos Muros Escolares: As mudanças e novos horizontes para o educador hoje. CRV: Curitiba, 2016.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: Uma discussão preliminar. Antropologia e poder (Orgs. Bela Feldmam-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro) Brasília/ EDUNB, Campinas/ Editora da UNICAMP, 2003.

DIDÁTICA			
CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Origens e evolução histórica da Didática como campo do saber pedagógico. A Didática e seu objeto de estudo na contemporaneidade. Fundamentos epistemológicos da prática pedagógica. Determinantes socioculturais da prática pedagógica. Fundamentos ético-políticos da prática docente. A relação entre prática pedagógica e prática social. Sujeitos da prática educativa. Organização do Trabalho Docente. Métodos de Ensino. Avaliação da Educação.		
OBJETIVO: Introduzir o aluno ao estudo da didática da história enquanto elemento formativo docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CANDAU, Vera Maria (org.). A Didática em questão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. LIBANEO, J. C. Didática. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2013 ZABALA, Antoni (Org.). Didática geral. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CANDAU, Vera Maria (Org). Didática Crítica Intercultural: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática: embates contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática geral. Rio de Janeiro: LTC, 2017 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Didática: o ensino e suas relações. 18. ed. -. Campinas, SP: Papyrus, 2012.			

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

TEMA	Observação em Espaços Não Formais de Educação		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 45 horas	Extensão: -
EMENTA	Observação e análise dos processos educativos em espaços não formais de educação. Estudo das práticas pedagógicas em museus, centros culturais, ONGs, bibliotecas e projetos sociais. Análise dos determinantes políticos, sociais, filosóficos, históricos e psicológicos desses contextos. Compreensão das concepções institucionais e seus projetos educativos. Reflexão sobre a prática educativa: objetivos, importância, vantagens, desafios e formas de operacionalização. Articulação entre educação não formal e ensino formal.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/pedagógicos e os saberes da profissão do Historiador de forma a reconhecer o estágio observacional como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C.; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S.; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papyrus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

4º SEMESTRE

HISTÓRIA MEDIEVAL II

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

A institucionalização da Igreja Católica Romana. Modelos de Domínio e outras formas de posse da terra: da França à Península Ibérica, da Inglaterra à Rússia de Kiev. Horizontalidade e verticalidades nas relações de poder na sociedade medieval. A Cavalaria, formação e função. As Cruzadas e as redes no Mediterrâneo Oriental. Cidades e urbanismo medieval. Outono da Idade Média, primavera dos tempos Modernos.

OBJETIVO: Entender o construto medieval com base em suas características próprias, essencialmente as estruturas políticas, religiosas e sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. História Medieval. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário analítico do Ocidente medieval - Volumes 1 e 2. São Paulo: Unesp, 2017.

MIATELLO, André. Uma História religiosa das cidades medievais. Campinas: Ed. Unicamp, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BASCHET, Jérôme. A Civilização Feudal. Do ano mil à colonização da América. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Ed. Vozes, 2023.

BARTHÉLEMY, Dominique. A Cavalaria: da Germânia antiga à França do Século XII. Trad. Néri de Barros Almeida Carolina Gual da Silva. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

FLORI, Jean. Guerra santa: Formação da ideia de cruzada no ocidente cristão. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

MAALOUF, Amin. As cruzadas vistas pelos árabes. Trad. Julia da Rosa Simões. Belo Horizonte: Ed. Vestígio, 2023.

WICKHAM, Christopher. Europa Medieval. Trad. Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2019.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

A historiografia como campo de pesquisa da História. Historiografia brasileira e suas possibilidades de análise. Os primeiros intérpretes da história do Brasil. Historiografia brasileira clássica. Mudanças conceituais e de abordagem sobre a história do Brasil.

OBJETIVO: Compreender a historiografia brasileira como área de pesquisa. Perceber as diferentes formas de pensar o Brasil ao longo do tempo. Oferecer uma introdução ao pensamento dos principais estudiosos da história brasileira. Observar como a escrita da história do Brasil se modificou através de alterações em quadros conceituais, metodologias da história e perspectivas de abordagem. Propor uma reflexão sobre a ideia de Brasil enquanto unidade territorial e histórica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HISTÓRIA DO BRASIL II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
----------------------	-------------------	------------	-------------

EMENTA

História e historiografia do século XIX. Processo de emancipação política do Brasil. Projetos de nação. Construção do Estado Nacional. Política externa. Aspectos da cultura, da economia e da sociedade. Período Regencial. Guerra do Paraguai. Tráfico negreiro. Expansão cafeeira. Mundos do Trabalho: cidadania, escravidão, negociação e conflito. Insurgência coletiva de pessoas escravizadas, libertas e livres: motins, rebeliões e revoltas. Quilombos no Brasil. Leis emancipacionistas. Movimento Abolicionista. Abolição. Racismo e Sexismo no Império. Crise do regime imperial e ascensão do movimento republicano.

OBJETIVO: Compreender o processo de construção, de consolidação do Estado Nacional e de crise Imperial dentro do contexto nacional e internacional de luta contra a escravidão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem; Teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX. 2º edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História do levante dos Malês em 1835. Edição: Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. 3ª Edição, São Paulo: Annablume, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república, momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DANTAS, Mariana A. Dimensões da participação política indígena: Estado Nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2018.

MALERBA, Jurandir. (Org.). A Independência Brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MATTOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HISTÓRIA DA BAHIA I

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	Os povos indígenas antes da colonização. As capitanias de donatários da Bahia, de Ilhéus e Porto Seguro. A fundação de Salvador e do Governo-Geral do Estado do Brasil. As guerras de conquista no Recôncavo. O início da agroindústria açucareira. A invasão neerlandesa de 1624 e a Restauração da Bahia em 1625. Bahia contra o Brasil Holandês (1630-1654). As instituições da Coroa na Bahia e as relações com as capitanias anexas de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe. As elites e as bases do governo local na Bahia. Igreja e sociedade na Bahia Colonial: a igreja diocesana, as missões e a ação inquisitorial. Arte barroca na Bahia. Tráfico transatlântico e a diáspora africana na Bahia. As guerras de conquista e a expansão para os sertões. A sociedade sertaneja na capitania da Bahia. A Bahia, as frotas do Atlântico e a Carreira da Índia. O ciclo aurífero na Bahia. A pecuária e as produções de subsistência no Recôncavo. Visita de Campo a Cachoeira e a Salvador. O Reformismo setecentista na Bahia. Petições, motins e sedições: as múltiplas faces da resistência na capitania da Bahia. A Bahia na crise do Antigo Regime. O processo de independência na Bahia.		
OBJETIVO: Analisar a formação histórica da Capitania da Bahia desde o século XVI até os movimentos de independência no século XIX, valorizando as abordagens historiográficas de dentro e de fora do estado, bem como a análise de documentos e o desenvolvimento de atividades de campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: JANCSÓ, István. Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo/Salvador: HUCITEC-EDUFBA, 1996. SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2025. TAVARES, Luís H. Dias. História da Bahia. 12ª edição. São Paulo/Salvador: Editora UNESP/EDUFBA, 2020.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CANCELA, Francisco. Os índios e a Colonização na Antiga Capitania de Porto Seguro: Políticas Indigenistas e Políticas Indígenas no Tempo do Diretório Pombalino. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. SOUSA, Avanete P. Poder político e vida cotidiana: a câmara municipal da cidade de Salvador no século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.			

SEMINÁRIO INTEGRADOR EM HISTÓRIA I

CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: -	Extensão: 75 horas
EMENTA	Espaço formativo de caráter extensionista voltado à integração entre saberes acadêmicos e experiências sociais. Apresentação, socialização e avaliação das trajetórias formativas desenvolvidas pelos estudantes no curso de História. Reflexão crítica sobre os percursos individuais e coletivos, a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento. Diálogo entre universidade e comunidade, com ênfase na escuta, participação e devolutiva social do conhecimento histórico. Discussão sobre o papel social do historiador e a função pública da História. Planejamento e realização de ações integradoras que promovam o vínculo entre formação acadêmica e demandas sociais.		
OBJETIVO: propiciar aos discentes a compreensão dos conceitos fundamentais, da aplicabilidade e da importância de práticas curriculares, do planejamento e da avaliação no contexto de sala de aula.			
ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO: História, Comunidade e Pertencimento			
METODOLOGIA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A metodologia para desenvolvimento das ações de extensão envolverá uma abordagem interdisciplinar e participativa. Em termos metodológicos, as atividades discentes incluirão a realização de palestras, workshops, seminários, exposições, prestações de serviços, atividades práticas em comunidades e projetos de extensão colaborativos.			
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A avaliação considerará a eficácia das estratégias pedagógicas utilizadas na promoção do respeito à diversidade cultural. Além disso, será avaliado o grau de conscientização sobre questões históricas e a contribuição para a formação de uma cidadania crítica e ativa em sociedade. Os instrumentos avaliativos poderão ser: relatórios de atividades; pesquisas de satisfação; avaliação de desempenho; avaliação por pares; observação participante; entrevistas e grupos focais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
ROCHA JÚNIOR, Alberto Ferreira da. (org.). Extensão Universitária e cultura. São João Del-Rei: Malta, 2008.			
BURKE, Peter; DENTZIEN, Plínio. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.			
REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas- MG: Universidade Federal de Alfenas, 2022.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.			
NEVES, Fernando Arthur de Freitas (org.). Extensão no cotidiano da universidade. um exercício de interpretação ou de intervenção? 1. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2018.			
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. A extensão na prática acadêmica. Alagoas: ProexUFAL, 2005.			
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.			
SILVA, Jailson de S. e (Org). Comunidades populares e universidade: olhares para o outro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.			
TRAJANO FILHO, Wilson (org.). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília, DF: ABA, 2012.			

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA I

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:	Extensão: -
EMENTA	A História como disciplina escolar. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de História e seus conceitos estruturantes: tempo histórico, permanência, mudança, causalidade, sujeito histórico, evidência e narrativa. O currículo de História e os documentos orientadores (DCNEI, BNCC, currículos estaduais e municipais). O papel social e formativo do ensino de História na construção da consciência histórica, da memória, da identidade e da cultura histórica. A sala de aula de História como espaço de mediação de saberes, interação discursiva e diálogo. Modelos e abordagens de ensino e aprendizagem da História. Recursos didáticos e suas potencialidades: livro didático, jornal impresso, fontes documentais, imagens, mapas, infográficos, cinema, música, literatura e outras expressões culturais. Jogos didáticos e gamificação aplicados à aprendizagem histórica. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o ensino híbrido e as redes sociais no ensino de História. Projetos integradores, práticas inovadoras, planejamento e avaliação no ensino de História.		

OBJETIVO: problematizar os fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos que sustentam o ensino da História.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

KARNAL, L. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PINSKY, J. (org.). O Ensino de História e a criação do fato. 14ª Edição. São Paulo. Contexto, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BITTENCOURT, C. (Org.) O saber histórico na sala de aula. S. Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, T. N. L. História & Ensino de História. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAGALHAES, M. S. *et al.* Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MATTA, A. Tecnologias de aprendizagem em rede de ensino de história. Brasília: Liber Livro, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

TEMA	Regência nos Anos Finais do Ensino Fundamental		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 75 horas	Extensão: -
EMENTA	A realidade da formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental. Desenvolvimento de habilidades de ensino na área de fundamentos. Análise dos programas oficiais dos de Educação. Análise das experiências vivenciadas na escola. Análise do cotidiano das salas de aula de fundamentos.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/pedagógicos e os saberes da profissão do Historiador de forma a reconhecer o estágio regencial como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C.; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S.; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

5º SEMESTRE

HISTÓRIA MODERNA I

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

O conceito de História Moderna. O ensino de História Moderna e suas possibilidades. Fontes e documentos para o estudo e o ensino da Idade Moderna. A desintegração do feudalismo e a lenta transição para o capitalismo. O Renascimento cultural e científico. As Reformas religiosas. Construção do sistema econômico comercial. A Formação dos Estados Modernos: o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado, o mercantilismo e a expansão europeia. Os princípios do iluminismo, do liberalismo e a Revolução Inglesa.

OBJETIVO: analisar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na Europa entre os séculos XIV e XVI.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
RODRIGUES, Rui L. Reforma e contrarreforma. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: (5 complementares)

ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
RODRIGUES, Antônio E. M.; FALCON, Francisco J. C. Tempos modernos: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
SEVCENKO, Nicolau. Renascimento. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

OPTATIVA I

CARGA HORÁRIA

60 horas

EMENTA

Variável, focalizando tópicos históricos ou conteúdos correlacionados, de acordo com a evolução registrada na área. Apresentação de conteúdos relevantes da área de Licenciatura em História não abordados em conteúdos anteriores.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Variável dependendo do conteúdo a ser escolhido.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Variável dependendo do conteúdo a ser escolhido.

HISTÓRIA DO BRASIL III

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	Historiografia, Arquivos e Fontes. O imaginário republicano; Oligarquias e regionalismos/Coronelismo. Rebeliões e Revoltas durante a República. A economia: relações entre o mercado externo e as estruturas internas. Movimentos e negociações sociais: grupos populares e classe operária. Modernismos e vanguardas. “Revoluções de 1930”. Estado Novo trabalhismo e autoritarismo. O Brasil no Pós-Guerra, Democracia e Populismo. Apogeu e Declínio da Era Vargas. Nacional-Desenvolvimentismo: compromissos e dissensos: Décadas de 1950 e 1960. O Brasil no contexto da Guerra Fria.		
OBJETIVO: Investigar as origens intelectuais, políticas e sociais do período republicano, bem como o desenvolvimento de movimentos sociais e instituições durante a República e a formação do Estado capitalista no Brasil (1889 à década de 1960).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CARVALHO, J. M. A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. GOMES, Â. M. C. <i>et al.</i> O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CARDOSO, F. H. <i>et al.</i> O Brasil republicano, v. 8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. FICO, Carlos. Utopia Autoritária: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2º ed. Niterói: Eduff, 2020. PIERUCCI A. F. O. <i>et al.</i> O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			

HISTÓRIA DA BAHIA II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	A História e a Historiografia da Bahia imperial e republicana; Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais; Escravidão, Resistência, Abolição e Pós-Abolição; Relações de gênero, de raça e de classe; Racismo estrutural; Regimes autoritários na Bahia; Movimentos sociais do século XIX e XX; A produção de conhecimento e o ensino da História da Bahia nos níveis fundamental e médio.		

OBJETIVO: Analisar as transformações, no âmbito dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na Bahia do século XIX e XX.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, Erivaldo. Fagundes. Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS, 2012.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro.(Organização). Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador; EDUFBA, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas: UNICAMP, 2006.

MEDRADO, Joana. Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1990. Campinas: UNICAMP, 2013.

OLIVEIRA, Nora de Cássia G. de. O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834). Salvador: EDUNEB, 2023.

SANTOS, Fabrício. Lyrio. (Org.). Os índios na história da Bahia. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2022.

SANTOS, Igor G. A horda heterogênea: resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1853). Niterói: Eduff, 2021.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA

Sujeitos do campo. Movimentos Sociais do Campo. Luta pela Terra e Educação popular; Currículo e formação do sujeito do campo. Fundamentos históricos, políticos e epistemológicos da Educação do Campo no Brasil. A pedagogia do movimento Sem-Terra. Políticas públicas e bases legais da Educação do Campo. Concepções e práticas pedagógicas contextualizadas. Origens e consolidação da formação por alternância.

OBJETIVO: Analisar criticamente as políticas educacionais, a estrutura organizacional e a legislação da educação básica, articulando tais elementos à reflexão teórica e a prática no contexto do sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). Por uma educação do campo. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALDART, R. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: coordenação da articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

HENRIQUES, A. et al. (Orgs.). Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Caderno SECAD/MEC. Brasília, fevereiro. 2007.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. São Paulo: coordenação da articulação nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002.

MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. (Orgs.). Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências. Brasília: MDA, 2008.

ELETIVA I

CARGA HORÁRIA

60 horas

EMENTA

Variável de acordo com a escolha do discente em outros cursos de graduação da instituição.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

TEMA	Regência no Ensino Médio		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 75 horas	Extensão: -
EMENTA	A realidade da formação de docentes do ensino médio. Desenvolvimento de habilidades de ensino na área de fundamentos. Análise dos programas oficiais dos de Educação. Análise das experiências vivenciadas na escola. Análise do cotidiano das salas de aula de fundamentos.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/pedagógicos e os saberes da profissão do Historiador de forma a reconhecer o estágio regencial como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C.; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S.; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

6º SEMESTRE

HISTÓRIA MODERNA II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão:
EMENTA	A Idade Moderna e sua profundidade histórica: concomitâncias, confluências e vicissitudes. O desenvolvimento do iluminismo e a transformação intelectual. Racionalismo e racionalização da vida. Conflitos de classes na transição para o capitalismo. Transformações nas relações de classe: camponeses, operários e burgueses. As tradições como resistência às transformações da industrialização. A cultura popular e as manifestações dos subalternizados. A Primeira Revolução Industrial. Os primórdios da classe operária e suas características.		
OBJETIVO: analisar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na Europa entre os séculos XVI e XVIII.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: OSTRENSKY, Eunice. As Revoluções do Poder. São Paulo: Alameda, 2006. ARAUJO, André de.; DORÉ, Andréa; LIMA, L. F. S.; MACHEL, M. de A. R.; RODRIGUES, R. L. (Orgs.). A época moderna. São Paulo: Editora Vozes, 2024. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio Edmilson. A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. ARANOVICH, Patrícia F. História e política em Maquiavel. São Paulo: Fapesp, 2019. BELLAMY, Richard. Liberalismo e sociedade moderna. São Paulo: UNESP, 1994. BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV e XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2005.			

OPTATIVA II

CARGA HORÁRIA

60 horas

EMENTA

Variável, focalizando tópicos históricos ou conteúdos correlacionados, de acordo com a evolução registrada na área. Apresentação de conteúdos relevantes da área de Licenciatura em História não abordados em conteúdos anteriores.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

HISTÓRIA DO BRASIL IV

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:	Extensão: -
EMENTA	Ditadura Civil-Militar e a “A Modernização Autoritária”: Historiografia, Arquivos e Fontes; Política, Sociedade e Economia; História Cultural; A Reforma Universitária de 1968; o AI-5: “o Golpe dentro do Golpe”; Ciência e Política durante a Ditadura Militar; As esquerdas e a Luta Armada nos anos de 1960 e 1970; Movimentos Sociais, Abertura Política e Anistia; A Redemocratização: as alternativas políticas e sociais; A Constituição de 1988; O Brasil Contemporâneo e o “Tempo Presente”.		
OBJETIVO: Investigar as origens intelectuais, políticas e sociais do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, bem como o desenvolvimento de movimentos sociais e instituições durante a República, especialmente a partir da década de 1960 e a formação do Estado capitalista no Brasil Contemporâneo (1964 ao tempo presente).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: FERREIRA, J. ; DELGADO, L. A. N. (Orgs). O Tempo do Regime Autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República 1964-1985. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. (O Brasil Republicano; v. 4). MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2025.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: FICO, C. Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. FICO, C. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001. MOTTA, R. P. S. As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. REIS, D. A. ; RIDENTI, M. ; MOTTA, R. P. S. (orgs). A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. REIS, D. A. ; RIDENTI, M. ; MOTTA, R. P. S. (orgs.) O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964- 2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004.			

PROJETO DE PESQUISA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: 30 horas	Extensão: -
EMENTA:	<p>Estudo dos fundamentos epistemológicos, teóricos dos projetos de pesquisas. Definição do problema, objetivos, hipóteses, justificativa e referencial teórico. Abordagens qualitativas e quantitativas: paradigmas, métodos e técnicas de pesquisa. Instrumentos e estratégias de coleta, organização e análise de dados. Normas técnicas para a escrita científica. Ética em pesquisa e responsabilidade social do pesquisador. Redação e apresentação de projetos acadêmicos conforme normas vigentes. Estruturação e elaboração de projetos de pesquisa em diferentes áreas do saber.</p>		

OBJETIVO: promover a reflexão sobre os elementos estruturais de um projeto de pesquisa para realização de trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, M. S. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados - 7. ed. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos :apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. NBR 6023: informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2023.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. F. Desmitificando a monografia. Salvador, BA: EDUNEB, 2012.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: 30 horas

Extensão: -

EMENTA:

História dos quilombos no Brasil. Ressemantização. Resistência, lutas e conquistas. Quilombos na legislação brasileira. Movimento Quilombola. Terra, território e educação. Quilombos contemporâneos. Identidade. Comunidades quilombolas e cultura. Ancestralidade, conhecimentos tradicionais, memória coletiva e oralidade. Comunidades quilombolas e políticas públicas educacionais. Fundamentos legais da Educação Escolar Quilombola. Práticas pedagógicas, currículo e saberes tradicionais.

OBJETIVO: Compreender os fundamentos históricos, legais e políticos que estruturam a Educação Escolar Quilombola, analisando criticamente a história dos quilombos no Brasil, os sujeitos, as lutas sociais, os marcos normativos e as reivindicações do movimento quilombola.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

O'DWYER, E. C. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
SILVA, G. M.; SILVA, R. A. A.; DEALDINA, S. S.; ROCHA, V. G. (Orgs). Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANJOS, R. S. A. Quilombos, geografia africana, cartografia étnica e territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
CANDAU, J. Memória e identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
JORGE, A. L. O processo de construção da questão quilombola: Discursos em disputa. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.
MOURA, G. Festas dos quilombos. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
SILVA, G. M. Educação como processo de luta política: A experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. (2012). Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA II

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA:

A educação em espaços não formais como elemento constitutivo do ensino da História. A cidade como instância fundamental para o ensino da História. Práticas pedagógicas urbanas, itinerários históricos e o espaço urbano como fonte histórica. Diferentes concepções pedagógicas aplicadas ao ensino de memória, identidade cultural, diversidade, cidadania, patrimônio, cultura, bens culturais e monumentos. A história pública e suas interfaces com o ensino. Museus, centros culturais, arquivos, bibliotecas comunitárias, memoriais, sítios arqueológicos e demais equipamentos culturais como espaços não formais de ensino da História. Educação patrimonial. Ativismos, movimentos sociais e coletivos culturais como produtores de história e agentes educativos.

OBJETIVO: Problematicar o ensino da história em espaços não formais de educação

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GOHN, M. G. Educação Não Formal e o Educador Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

KARNAL, L. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MILDER, S. E. S.; SOARES, F. C. Educação Patrimonial: perspectivas. Santa Maria: Ed. Palloti, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BATISTA, I.; CARVALHO, A. D. Educação social: fundamentos e estratégias. Portugal: Porto Editora, 2004.

BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ETCHEVARNE, C. et. al. Caderno de educação patrimonial: patrimônio arqueológico da Bahia: material didático para docentes do ensino fundamental e médio. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

TARDIF, M. Saberes docentes e Formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

TEMA	Regência em Espaços Educativos Não Formais		
CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 75 horas	Extensão:
EMENTA	A contribuição das didáticas específicas na atuação em espaços não formais de educação. Aportes teórico-práticos para a atuação supervisionada dos futuros docentes de História em diferentes espaços não escolares. Atuação do professor de História em espaços não escolares.		

OBJETIVO: Articular os saberes científicos/ pedagógicos e os saberes da profissão do Historiador de forma a reconhecer o estágio observacional e regencial em Espaços Educativos Não Formais como atividade integradora entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARREIRO, I. M. F. ; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de docentes: unidade, teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.

SANT'ANA, C. C. ; SANTANA, I. P. ; EUGÊNIO, B. G. (Org). Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, M. I. ; PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente. Cortez Editora, 2015.

PEREIRA, Á. S. ; VILELA, A. M. (Org.). Letramentos no estágio supervisionado e formação de docentes. Salvador, BA: EDUNEB, 2013.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papyrus, 2013.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

7º SEMESTRE

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	O conceito de liberalismo e suas vicissitudes. O conceito de revolução. As Revoluções Liberais e a derrubada das monarquias na Europa. A guerra de independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa: diálogos e confluências. As burguesias e suas singularidades. A preservação de estruturas aristocráticas e os ecos da cultura feudal. As Revoluções Industriais e suas diferentes fases. As transformações no universo camponês: cultura, tradições e os conflitos entre racionalismo e costume. O surgimento da classe operária e a organização dos trabalhadores. Ideias e práticas políticas da classe operária. A Primavera dos Povos. Imperialismo e colonialismo.		
OBJETIVO: analisar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na Europa entre os séculos XVIII e XIX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
BAILYN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. Bauru: Edusc, 2003. CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa. São Paulo: Editora Contexto, 2024 HOBSBAWM, Eric J. Era das Revoluções. São Paulo: Paz & Terra, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1993. CARVALHO, Daniel Gomes de. Revolução Francesa. São Paulo: Editora Contexto, 2024. FERRO, Marc. A colonização explicada a todos. São Paulo: Editora Unesp, 2017. HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital (1848-1875). Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz & Terra, 2023.			

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática:	Extensão:
EMENTA	Estudo da lei 10.639/2003 e reflexão a respeito da importância da construção de uma prática pedagógica antirracista e antissexista. Análise da História e da historiografia brasileira com ênfase na África e no papel dos africanos para a formação da sociedade brasileira. Abordagem acerca do processo de construção da ideia de raça e das teorias raciais; da diversidade das culturas afro-brasileiras; da resistência à escravidão; do pós-abolição; do mito da democracia racial e do racismo estrutural. Análise do pensamento de intelectuais negros e negros e da tradição de luta das organizações negras contra o racismo e por direitos no Brasil.		
OBJETIVO: Refletir acerca da influência da cultura de diferentes povos africanos para construção da sociedade brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo. São Paulo: Global Editora, 2009.			
PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. 3ª edição revista e ampliada. Campinas: Unicamp, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Palmares. 2006.			
CARNEIRO, Suely. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar. 2023.			
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classe. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.			
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.			
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.			

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

CARGA HORÁRIA	Teórica 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão:
EMENTA	A Lei 11.645/2008 e o Ensino de História e Cultura Indígena no Brasil. Perspectivismo, Multiculturalismo e Etnicidades. Genocídio, Etnogenocídio e Etnogênese. Cosmologias, cosmovisões e línguas indígenas. Os povos indígenas na historiografia brasileira. As sociedades indígenas antes da colonização. Repertórios indigenistas do período colonial. Escravidão indígena e outros regimes laborais. Políticas de aldeamento e missionação. O Diretório dos Índios e os projetos de assimilação do século XVIII. Povos indígenas no processo de Independência. Repertórios indigenistas do período imperial. Políticas indigenistas e política indígena no segundo reinado. Os impactos da expansão agrária sobre as populações indígenas. Repertórios indigenistas do Brasil Republicano: a ação do SPI e da FUNAI. Os povos indígenas na Ditadura Militar. O Movimento Indígena Brasileiro e o processo de redemocratização. A intelectualidade indígena brasileira.		
OBJETIVO: Fornecer subsídios teóricos e metodológicos para que o discente possa abordar a temática indígena em sala de aula, com base na Lei 11.645/2008, levando-o a conhecer o vocabulário e os conceitos fundamentais dessa temática, bem como compreender a experiência indígena e os repertórios indigenistas na História do Brasil, antes, durante e depois da colonização, até o século XX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Ubu, 2020. MOREIRA, Vânia et al. Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX. Editora CRV: Curitiba, 2022.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. NEVES, Eduardo Góes. Nos tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Editora Ubu/Edusp, 2022. TOMMASI, Breno. Entusiastas do desenvolvimento: A Fundação Nacional do Índio e o Projeto Modernizador da Ditadura (1969-1974). Curitiba: Appris Editora, 2021.			

NÚCLEO TEMÁTICO			
CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: 30 horas	Extensão: 180 horas
EMENTA	Experiências de aprendizagem visando à compreensão de seu papel como profissionais, cidadãos e formadores de opiniões, estimulando-os a interpretar e analisar criticamente um ambiente concreto, utilizando os conhecimentos adquiridos na disciplina para fornecer informações úteis à comunidade, através de ações educativas com atividades relacionadas a História como elemento indispensável na sociedade. Projeto de Extensão sobre o tema do núcleo temático.		
OBJETIVO: promover ao licenciando a compreensão da História enquanto elemento social.			
ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO: História, Educação e Sociedade			
METODOLOGIA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A metodologia para desenvolvimento das ações de extensão envolverá uma abordagem interdisciplinar e participativa. Em termos metodológicos, as atividades discentes incluirão a realização de palestras, workshops, seminários, exposições, prestações de serviços, atividades práticas em comunidades e projetos de extensão colaborativos.			
AValiação DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A avaliação considerará a eficácia das estratégias pedagógicas utilizadas na promoção do respeito à diversidade cultural. Além disso, será avaliado o grau de conscientização sobre questões históricas e a contribuição para a formação de uma cidadania crítica e ativa em sociedade. Os instrumentos avaliativos poderão ser: relatórios de atividades; pesquisas de satisfação; avaliação de desempenho; avaliação por pares; observação participante; entrevistas e grupos focais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: Variável a depender do tema do núcleo temático.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: Variável a depender do tema do núcleo temático.			

8º SEMESTRE

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão:
EMENTA	Em busca do novo século: esperanças, frustrações e reconfigurações. As origens da Primeira Guerra Mundial. O conceito de Guerra Total. A Revolução Russa e o socialismo real. O período entreguerras: a crise das democracias liberais e a ascensão dos fascismos. A Segunda Guerra Mundial e a catástrofe humanitária. A Guerra Fria e as tensões internacionais. Os “anos dourados”: economia, desenvolvimento e subdesenvolvimento no “século americano”. Os “anos rebeldes”: lutas anticoloniais, revoluções sociais e contrarrevoluções no “Terceiro Mundo”. Cultura e contracultura. A dissolução do bloco socialista e a Nova Ordem Mundial. Globalização do capitalismo. Orientalismo e a crise no Oriente Médio.		
OBJETIVO: analisar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no plano internacional entre os séculos XIX e XXI.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.			
REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). O século XX: o tempo das dúvidas – Do declínio das utopias às globalizações (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.			
TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.). O século sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.			
BERTONHA, João F. A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo. Maringá: EdUEM, 2011.			
BLOCH, Marc. A estranha derrota. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.			
FERRAZ, Francisco C. A Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Contexto, 2024.			
MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: história e historiografia. Curitiba: Editora Appris, 2020.			

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: 75 horas	Extensão: -
EMENTA	Elaboração e consolidação do trabalho de conclusão de curso. Aplicação das normas da ABNT no TCC. Execução da proposta de TCC: discussões teóricas, pesquisa bibliográfica, consulta às fontes para a construção da fundamentação teórica. Apresentação do TCC.		
OBJETIVO: promover o desenvolvimento e apresentação do trabalho de conclusão de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
ALMEIDA, M. S. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos :apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.			
_____. NBR 6023: informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro , 2002a.			
_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro , 2002b.			
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
SANTOS, J. F. Desmistificando a monografia. Salvador, BA: EDUNEB, 2012.			

ELETIVA II

CARGA HORÁRIA

60 horas

EMENTA

Variável de acordo com a escolha do discente em outros cursos de graduação da instituição.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

SEMINÁRIO INTEGRADOR EM HISTÓRIA II

CARGA HORÁRIA	Teórica: 15 horas	Prática: -	Extensão: 75 horas
EMENTA	Espaço formativo de caráter extensionista voltado à integração entre saberes acadêmicos e experiências sociais. Apresentação, socialização e avaliação das trajetórias formativas desenvolvidas pelos estudantes no curso de História. Reflexão crítica sobre os percursos individuais e coletivos, a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento. Diálogo entre universidade e comunidade, com ênfase na escuta, participação e devolutiva social do conhecimento histórico. Discussão sobre o papel social do historiador e a função pública da História. Planejamento e realização de ações integradoras que promovam o vínculo entre formação acadêmica e demandas sociais.		
OBJETIVO: propiciar aos discentes a compreensão dos conceitos fundamentais, da aplicabilidade e da importância de práticas curriculares, do planejamento e da avaliação no contexto de sala de aula.			
ÁREA TEMÁTICA DA EXTENSÃO: História, Formação e Compromisso Social			
METODOLOGIA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A metodologia para desenvolvimento das ações de extensão envolverá uma abordagem interdisciplinar e participativa. Em termos metodológicos, as atividades discentes incluirão a realização de palestras, workshops, seminários, exposições, prestações de serviços, atividades práticas em comunidades e projetos de extensão colaborativos.			
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: A avaliação considerará a eficácia das estratégias pedagógicas utilizadas na promoção do respeito à diversidade cultural. Além disso, será avaliado o grau de conscientização sobre questões históricas e a contribuição para a formação de uma cidadania crítica e ativa em sociedade. Os instrumentos avaliativos poderão ser: relatórios de atividades; pesquisas de satisfação; avaliação de desempenho; avaliação por pares; observação participante; entrevistas e grupos focais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
ROCHA JÚNIOR, ALBERTO FERREIRA DA. (org.). Extensão Universitária e cultura. São João Del-Rei: Malta, 2008.			
BURKE, Peter; DENTZIEN, Plínio. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.			
REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas- MG: Universidade Federal de Alfenas, 2022.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.			
NEVES, Fernando Arthur de Freitas (org.). Extensão no cotidiano da universidade. um exercício de interpretação ou de intervenção? 1. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2018.			
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. A extensão na prática acadêmica. Alagoas: Proex, UFAL, 2005.			
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.			
SILVA, Jailson de S. e (Org). Comunidades populares e universidade: olhares para o outro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.			
TRAJANO FILHO, Wilson (org.). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília, DF: ABA, 2012.			

4.1.3 O ementário das disciplinas optativas do curso de Licenciatura em História

No sétimo e oitavo semestre da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) serão ofertadas pelo colegiado, no mínimo, 4 (quatro) disciplinas optativas, selecionadas entre as opções presentes quadro 05 com objetivo de ampliar as opções para além das disciplinas da matriz obrigatória, dentro dos eixos foco desse curso de formação docente.

Quadro 05. Relação das disciplinas optativas do curso.

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA				
	TEO	PRA	EXT	EAD	SEMESTRAL
A Música Popular Brasileira durante a Ditadura Militar (1964-1985)	45	15	-	-	60
Arquivística Histórica	45	15	-	-	60
Educação Ambiental	60	-	-	-	60
Educação Criativa e Cultura Hacker	45	15	-	-	60
Educação de Adultos e Andragogia	45	15			60
Educação na Perspectiva Inclusiva	-	-	-	60	60
Ensino e História da África	30	-	-	-	30
História Global	30	-	-	-	30
História da América Contemporânea	30	-	-	-	30
História da Ásia	60	-	-	-	60
História das Sensibilidades	30	-	-	-	30
História do Tempo Presente	30	-	-	-	30
História dos Sertões	45	15			60
História e Literatura	30	-	-	-	30
História Política	30	-	-	-	30
História Pública: mobilizações contemporâneas da antiguidade e do medievo	30	-	-	-	30
Impérios Ibéricos	60	-	-	-	60
Insurgências Negras no Brasil	30	-	-	-	30
Questões sobre o pardo no Brasil	30	-	-	-	30
Paleografia Moderna	30	30	-	-	60
Gênero, Raça e Classe: História e Historiografia Brasileira	30	-	-	-	30
Tópicos Especiais em História	30	-	-	-	60

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estrutura (NDE)

A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

CARGA HORÁRIA	Teórica: 45 horas	Prática: 15 horas	Extensão: -
EMENTA	A História da Música Popular Brasileira durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). A música como Fonte Histórica; História Cultural e Política da Ditadura Militar; Os Festivais da Canção durante a Ditadura; A MPB como protesto; A Censura de Diversões Públicas (DCDP), DOPS e o SNI; O tropicalismo; O rock nacional dos anos de 1960 e 1970; Os Anos 80 e o fim da Ditadura Militar; Outros gêneros musicais, durante o período estudado.		
OBJETIVO: Promover estudos e pesquisas sobre a História da Música Popular Brasileira (MPB), tomando como fonte histórica as músicas produzidas no contexto da Ditadura Civil Militar (1964-1985) e os arquivos/fontes disponíveis no Arquivo Nacional/Memórias Reveladas (FUNDOS: SNI, DOPS E DCDP).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2025. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964- 2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora 34, 2010			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras /FAPESP, 1999. FAVARETTO, Celso. Tropicália: alegoria, alegria. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996. FERREIRA, J. ; DELGADO, L. A. N. (Orgs). O Tempo do Regime Autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República 1964-1985. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. (O Brasil Republicano; v. 4). Horizonte: Ed. Autêntica, 2002. NAPOLITANO, Marcos. História e Música: história da música popular brasileira. Belo Horizonte, Manu. Cale-se: a MPB e a ditadura militar. Livros Ilimitados, 2015.			

ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA

Arquivos, Memória e Historiografia brasileira. Memória e Patrimônio histórico no Brasil: uma breve reflexão. A bibliografia arquivística no Brasil: uma análise quantitativa e qualitativa. Métodos e Técnicas de organização documental: do diagnóstico ao acesso à documentação.

OBJETIVO: Entender as relações entre História, Historiografia e arquivos no Brasil, assim como capacitar alunos e alunas na organização arquivística.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BELLOTTO, Heloísa L. Arquivos Permanentes: Tratamento Documental. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BELLOTTO, Heloísa L. Arquivo: Estudos e Reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MARIZ, Anna C.; RANGEL, Thayron R. Arquivologia. Temas Centrais em Uma Abordagem Introdutória. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PAES, Marilena L. Arquivo: Teoria e Prática. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CUNHA, Francisco J. (Org.). Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil. Salvador: Ed. UFBA, 2022.

EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. (Orgs.). Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

HEYMANN, Luciana Q.; NEDEL, Letícia. Pensar os Arquivos: Uma Antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

VANÂNCIO, Renato. Gestão de Documentos em Minas Gerais: Experiências e Perspectivas. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2021.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Histórico e conceitos da Educação Ambiental. Educação Ambiental: os conteúdos, os diferentes níveis (formal, informal), os métodos e técnicas, os agentes. Educação Ambiental Crítica. Percepção e interpretação ambiental. Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental/MEC. Programas de educação ambiental. Educação para a sustentabilidade.		

OBJETIVO: abordar a questão ambiental e seus desdobramentos educativos, contribuindo para capacitar aos acadêmicos para os desafios que hoje se apresentam na constituição das práticas de educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 5. Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

PHILLIPPI-JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade (editores). 2. ed. Barueri, SP: Manole. 2014.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2015.

LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA: Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LOUREIRO, C. F. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MEDINA, N. M. i; SANTOS, E. C. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRISTÃO, M. ; JACOBI, P. R. (Org.). Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa. São Paulo: Annablume, 2010.

EDUCAÇÃO CRIATIVA E CULTURA HACKER

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA

Fundamentos da Educação criativa e cultura hacker, Hacking como prática pedagógica de subversão, colaboração e invenção no processo de ensino-aprendizagem. Cultura maker e o pensamento hacker como metáforas de inovação educacional. Papel da criatividade, da autonomia e da experimentação no ensino. Análise de experiências disruptivas e práticas pedagógicas que rompem com modelos tradicionais. Elaboração de projetos teóricos e protótipos de práticas educativas voltados à reinvenção do ensino na contemporaneidade.

OBJETIVO: Compreender os princípios da educação criativa e da cultura hacker como fundamentos para formação de um pensamento crítico, inventivo e disruptivo na educação brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HIMANEN, Pekka. A Ética do Hacker e o Espírito da Era da Informação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PRETTO, N. L.; LAPA, A. B. (Org.) . Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores para a formação cidadã. 01. ed. Salvador, Bahia: Edufba, 2024.

PRETTO, Nelson. Educação, culturas e hackers : escritos e reflexões. EDUFBA: Salvador, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PAPERT, Seymour. A Máquina das Crianças: Repensando a Escola na Era da Informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PRETTO, N. L.; LAPA, A. B. ; ORO, M. G. I. . Conexão Escola-mundo: uma rede em processo. 01. ed. Salvador, Bahia: Edufba, 2024.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo: Nacional, 2008.

AMARAL S. F. (Org.) ; Pretto, Nelson De Luca (Org.) . Ética, hacker e educação. 2a. ed. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ANDRAGOGIA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA

Pedagogia, Andragogia e Heutagogia. Perfil do Aluno-Adulto. Conhecimento e Aprendizagem com Jovens e Adultos. Teorias e Abordagens Andragógicas. Didática da História na Andragogia. Laboratório de Projetos Educativos para Formação de Adultos.

OBJETIVO: articular os saberes sobre educação de adultos procurando a situar a andragogia, enquanto área do conhecimento pedagógico

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

AQUINO, C. T. E. Como Aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson, 1ª Ed., 2007.

BELLAN, Z. Andragogia em ação: como ensinar adultos sem ser maçante. Z3 Editora, 2019.

KNOWLES, M. S. et al. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. 2ª Edição. 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRANDÃO, C.R. O método Paulo Freire. S.P.: Brasiliense, 1981.

CANDAU, Vera Maria (org.). A Didática da História em questão. Petrópolis: Editora Vozes, 31ª Ed., 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

ROGERS, Jenny. Aprendizagem de Adultos: fundamentos para Educação Corporativa. Porto Alegre: Artmed, 5ª Ed – 2011.

TOUGH, A. The Adult's Learning Projects. Toronto: Ontario Institute for Studies in Education, 1971, 1979.

EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

CARGA HORÁRIA

Teórica:

Prática: -

Extensão: -

EAD: 60 horas

EMENTA

Educação inclusiva no Brasil: História, gestão e políticas públicas. Aspectos pedagógicos da Educação Inclusiva. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. Atendimento educacional especializado. Tecnologias assistivas em Educação. Elaboração de Projeto de Ensino sobre Educação Inclusiva.

OBJETIVO: possibilitar a análise dos princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARNEIRO, R.U.C.; DALL'ACQUA, M.J.C.; CARAMORI, P.M. (Org.). Educação especial e inclusiva: mudanças para a escola e sociedade. Jundiaí: Paco, 2014.

MANTOAN, M.T.E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008.

POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. O. ; GIROTO, C. R. M. (Org.). Educação inclusiva: em foco a formação de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Programa educação inclusiva: direito à diversidade: a fundamentação filosófica. Brasília, DF, 2004.

FIGUEIRA, E. Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

MATOS, M. A. S. Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus, AM: EDUA, 2013.

RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Ed. Summus, 2006.

ENSINO E HISTÓRIA DA ÁFRICA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

Historiografia africana e africanista. Modos de vida antes e depois do contato com os europeus, bem como a resistência africana ao colonialismo. Papel da África e dos africanos para a formação cultural brasileira. Metodologias e fontes para o ensino e a pesquisa em História da África. A importância da aplicabilidade da lei 10.639/2003 para a construção de uma prática pedagógica antirracista no Brasil.

OBJETIVO: Analisar e refletir sobre as abordagens historiográficas e as práticas de ensino da História da África na escola básica, conforme a legislação vigente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria G. Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COSTA E SILVA, Alberto da. A África explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2008.

MEC. História da educação do negro e outras histórias. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2ª edição – ampliada, Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. Gosto da África: histórias de lá e daqui. São Paulo: Global Editora, 2005.

HISTÓRIA GLOBAL

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	História Global: Conceitos e definições. Histórias conectadas dos mundos Antigo e Medieval. As Talassocracias mediterrânicas: fenícios, gregos, romanos e cartagineses. Limites e contornos do Mare Nostrum romano. O Mediterrâneo Tardo-Antigo. O Mediterrâneo e as cidades: Constantinopla, Veneza, Alexandria e o Cairo.		

OBJETIVO: Compreender a bacia do Mediterrâneo como ambiente de trocas, conflitos, redes e conexões tanto no Mundo Antigo quanto no mundo Medieval.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ABULAFIA, David. The Great Sea: A Human History of the Mediterranean. London: Penguin Books, 2011.

ALMEIDA, Néri; DELLATORRE, Robson. (Orgs.). Mediterrâneo medieval reconsiderado. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

CONRAD, Sebastian. O que é a História Global? Trad. Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CROSSLEY, Pamela K. O que é história global? Trad. Vera Jocelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine F. V. (org.). Estudos sobre a cidade antiga. São Paulo: Edusp, 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz; SILVA, Uiran G. da.; OLIVEIRA, Gustavo J. D.; PIZA, Pedro de T. (org.). Fronteiras mediterrânicas. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019.

SILVA, Maria Aparecida de O. Plutarco e Roma: O Mundo Grego no Império. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, Uiran G. Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia. São Paulo: Humanitas, 2016.

HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

A Doutrina Monroe e o surgimento do imperialismo informal dos Estados Unidos. Americanismo e fordismo em meio aos conflitos globais. Comunismo e fascismo na América. As relações EUA-América Latina no século XX. Revoltas, revoluções e golpes de Estado na América. Ditaduras Militares na América Latina. Movimentos sociais e a contracultura na América. Neoliberalismo e hegemonia estadunidense na América Latina. Liberalismo, democracia e autoritarismo na América no século XXI.

OBJETIVO: Examinar os processos históricos ocorridos na América entre os séculos XIX e XXI.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

LIMONCIC, Flávio. Estados Unidos no século XX. São Paulo: Editora Contexto, 2024.
VIEL, Luís F.; QUINTEROS, Marcela. Revoluções na América Latina contemporânea: o ciclo revolucionário e as democracias restringidas (Vol. 3). Maringá: EdUEM, 2017.
ALVAREZ, S. E; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BETHELL, L. (org.) História da América Latina: de 1870 a 1930. vols. 4 e 5. –São Paulo / Brasília; Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Funag, 2001.
LEPORE, Jill. Essas verdades: a história da formação dos Estados Unidos. São Paulo: Intrínseca, 2020.
MUNHOZ, Sidnei J; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (Orgs.). As relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: EdUEM, 2010.
PAMPLONA, Marco A. Revendo o sonho americano: 1890-1972. São Paulo: Atual, 1995.
ROJAS, Carlos Aguirre. América Latina: história e presente. Campinas: Papirus, 2004.

HISTÓRIA DA ÁSIA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

O Orientalismo como horizonte teórico. Interpretações sobre a antiguidade asiática. A rota da Seda: conexões, culturas e fronteiras. O império Mongol e as conexões eurasiáticas. O império otomano. Configurações políticas do mundo asiático no início da época moderna: reinos e impérios. A formação do império asiático português: bases econômicas e políticas. Impérios em concorrência: portugueses, neerlandeses otomanos e mughais na disputa pelo Índico. A Rússia e a China Imperial na Época Moderna. A formação e os limites do imperialismo Britânico na Ásia O imperialismo europeu na Ásia. Revoluções e movimentos de libertação na Ásia. A Questão Palestina e os conflitos com Israel. Cultura e sociedade asiática na era digital

OBJETIVO: Analisar a História da Ásia a partir de um enfoque global, privilegiando diferentes recortes cronológicos e geográficos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. Impérios: uma nova visão da história universal. Tradução Bruno Colbachini Mattos. São Paulo: Planeta, 2019.

PINTO, Luiz Otávio. A Rota da Seda. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

SAID, Edward. O Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DARWIN, John. Ascensão e queda dos impérios globais (1400-2000). Lisboa: Edições 70, 2015.

PUREZA, Fernando. História da Ásia. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

SAID, Edward. A questão da Palestina. Trad. Sonia Midori. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. O império asiático português: uma história política e econômica, 1500-1700. Lisboa: Difel, 1993.

XAVIER, Ângela B. SILVA, Cristina N. da. (orgs.). O governo dos outros: poder e diferença no Império Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	O estudo das sensibilidades como campo historiográfico. A dimensão histórica das emoções e dos sentimentos. Reflexões sobre a solidão, o amor, a tristeza, a raiva, a saudade, a solidariedade e outras expressões emocionais. Os modos de sentir no tempo histórico. Testemunhos traumáticos. Os gestos culturais. As reações humanas diante da vida cotidiana.		

OBJETIVO: Pensar as possibilidades de estudo e pesquisa para o campo das sensibilidades. Encontrar a dimensão histórica nas expressões emocionais dos sujeitos. Entender os caminhos para analisar a sociedade através da história sensível. Compreender as manifestações individuais e coletivas como desdobramento de experiências sentimentais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORBIN, Alain. História das sensibilidades. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

SCHONPFLUG, Daniel. A era do cometa: o fim da primeira guerra e o limiar de um novo mundo. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Todavia, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AUSTER, Paul. A trilogia de Nova York. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRUCKNER, Pascal. A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Liber. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Orgs.). História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

História do Tempo Presente como área do conhecimento histórico. Teoria e metodologia da História do Tempo Presente. Contexto de surgimento e seu desenvolvimento. O pós-Segunda Guerra Mundial e a mudança nos paradigmas históricos. História e memória dos traumas do século XX. História oral como fonte de conhecimento sobre a presença do passado. Os temas sensíveis. As fontes históricas do presente.

OBJETIVO: conhecer e examinar a História do Tempo Presente como campo do conhecimento histórico, atentando à sua relevância em nossa atualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História* (Belo Horizonte), vol. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

CHAUVEAU, A; THETARD, P. (Orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion* (Rio de Janeiro), vol. 03, n. 05, jan./jul. 2009, p. 35-67.

JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Trad Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

REIS, Tiago S. et al (Orgs.). *Coleção História do Tempo Presente vol. 3*. Roraima: Editora da UFRR, 2020.

SCHURSTER, K.; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar (Orgs.). *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Recife: EdUPE, 2022, p. 33-64.

HISTÓRIA DOS SERTÕES

CARGA HORÁRIA

Teórica: 45 horas

Prática: 15 horas

Extensão: -

EMENTA

Historiografia dos Sertões. Sertões do Brasil e sertões do mundo atlântico. A formulação da ideia de sertão no imaginário colonial. As guerras de conquista nos sertões da América Portuguesa. A distância e as configurações territoriais do espaço sertanejo no período colonial. O ciclo aurífero e a dinamização do espaço sertanejo. Banditismo, Potentados, régulos e poderosos do sertão. O sertão no processo de independência do Brasil. Revoltas e movimentos populares do sertão no Brasil Imperial. Messianismo e religiosidades sertanejas. A extensão do processo republicano em territórios do sertão nordestino. Guerra de Canudos em sua forma política e social. O cangaço e suas definições. Os primeiros sinais de progresso em terras sertanejas. A criação da imprensa no sertão. O desejo de modernidade e desenvolvimento no Vale do São Francisco. O projeto historiográfico dos memorialistas regionais. Embates políticos pelo controle das cidades interioranas. A chamada "indústria da seca". Expressões culturais do sertão na segunda metade do século XX. Cenas do processo de urbanização das cidades fundadas no sertão nordestino. Política assistencialista nos primeiros anos do século XXI. A fruticultura irrigada como desenvolvimento econômico. Os novos discursos em torno do sertão nordestino: produções artísticas, discursos políticos, reflexões acadêmicas.

OBJETIVO: Analisar a formação social, econômica e cultural do espaço sertanejo no Brasil, contemplando diferentes imaginários e a construção da ideia de sertão em documentos, materiais cartográficos, crônicas, relatos de viagens, obras de literatura, filmes e outras produções culturais, sem descuidar da análise do processo histórico e da produção historiográfica, capacitando o discente a trabalhar temas de História Local e Regional em sala de aula.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC-EDUSP; FAPESP, 2002
MACHADO, Paulo Batista. Notícias e saudades da Vila Nova da Rainha, aliás, Senhor do Bonfim. Salvador: EDUNEB, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 22ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.
MELLO, Frederico Pernambuco de. Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. Recife: Cepe, 2023.
REGO, Walquíria Leão. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
SILVA, Wilson Dias da. O velho Chico: sua vida, suas lendas e sua história. Brasília: CODEVASF, 1985.

HISTÓRIA E LITERATURA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

A relação entre história e literatura. A ficção e o romance como fonte histórica. Tempo histórico e tempo da narrativa. Narrativa literária e escrita da história. Personagem literário e o enigma do eu. A memória histórica e a arte de inventar o passado. Modos de sentir e conceber a vida. Sentimentos e reações na experiência histórica. Imaginar para escrever, escrever para imaginar. A literatura como possibilidade do acontecimento. A literatura como realidade histórica. Autor e mundo sociocultural.

OBJETIVO: Compreender as formas de escrever o passado, o presente e o futuro. Entender a literatura como uma dimensão da cultura humana e um ofício social. Perceber o que está na literatura e ao seu redor. Aprender a elaborar uma pesquisa histórica com fontes literárias.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BENTIVOGLIO, Julio; ANDRADE, Kelly Alves (Orgs.). História & Literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas.

PINTO, Julio Pimentel. Sobre literatura e história: Como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Renán. Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ECO, Umberto. Seis passeios pelos bosques da ficção. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KUNDERA, Milan. A arte do Romance. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HISTÓRIA POLÍTICA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: -

Extensão: -

EMENTA

Os significados clássico e moderno de política. Política como práxis humana: disputas pelo poder. Política e ideologia. Finalidades políticas: socialismo, liberalismo e anarquismo. A política como prática social. A História Política no limiar do século XX: da glorificação à marginalização. O resgate da História Política no pós- guerra. Política, movimentos sociais e transformações culturais. Política no Brasil contemporâneo.

OBJETIVO: conhecer e examinar a História Política como campo do conhecimento histórico, atentando à sua relevância em nossa atualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. História das ideias políticas. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

OLIVEIRA, Cecília H. De S.; PRADO, Maria L. C.; JANOTTI, Maria de L. M. (Orgs.). A história na política, a política na história. São Paulo: Alameda, 2006.

REMOND, René. Por uma História Política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

LOSURDO, Domenico. A luta de classes: uma história política e filosófica. Trad. Silvia de Bernardins. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRADO JR, Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. São Paulo: Contratempo, 2007.

HISTÓRIA PÚBLICA: MOBILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA ANTIGUIDADE E DO MEDIEVO

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	História Pública: conceitos e definições; Gregos, romanos e a historiografia contemporânea. Imagens do mundo grego: mídias, redes sociais e discurso político. O recente passado do mundo romano. A Idade Média sua mobilização contemporânea. A Cavalaria e a Extrema Direita hoje.		

OBJETIVO: Compreender os usos contemporâneos de imagens e discursos da Antiguidade e Medievo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAL, Marta G. de O. (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

GUARINELLO, Norberto L. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2013

SILVA, Gleydson. J. DA; CARVALHO, Alexandre G. (Orgs.). Como se Escreve a História da Antiguidade: Olhares sobre o antigo. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARVALHO, Bruno L. P. de História Pública e divulgação de história. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo. (Orgs.). História Pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Viviane. (Orgs.). Que história pública queremos? What Public History Do We Want? São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SILVA, Gleydson J. da. História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy. São Paulo: Annablume, 2007.

CARVALHO, Margarida M.; SILVA, Gleydson J.; SILVA, Maria Aparecida de O. (Orgs.). A Ideia da História na Antiguidade Tardia. Curitiba: Ed. CRV, 2021.

IMPÉRIOS IBÉRICOS

CARGA HORÁRIA	Teórica: 60 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	<p>A península Ibérica nos finais da idade média. A formação e concorrência dos reinos cristãos na península ibérica durante a Reconquista. A expansão atlântica quatrocentista. Monarquia Compósita e Monarquia Corporativa: os modelos de organização política e territorial das monarquias ibéricas. A dinastia dos Habsburgo e a ideia de Monarquia Universal. A integração de Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640). A Coroa e as elites ibéricas. A guerra global contra os holandeses. O Brasil na Monarquia Hispânica. A presença ibérica na Ásia: o Estado da Índia e as Filipinas em comparação. As estruturas políticas das monarquias ibéricas nas Américas. A Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668). A decadência do império dos Habsburgo. Poder e instituições em Portugal durante os primeiros reis da dinastia de Bragança.</p>		

OBJETIVO: Visando aprofundar tópicos discutidos nas disciplinas de História da América e História do Brasil I, a disciplina pretende analisar a experiência imperial portuguesa e castelhana entre os fins da idade média e a primeira modernidade por meio de uma perspectiva comparada e conectada, que privilegie a abordagem de dinâmicas políticas, sociais e econômicas nas fases de formação (1415-1580), integração (1580-1640) e de separação (1640-1668) dos dois impérios.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

RAMOS, Rui (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 7ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

XAVIER, Angela B, PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (orgs.). Monarquias Ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): Dinâmicas Imperiais e circulação de modelos administrativos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 2018.

YUN CASALILLA, Bartolomé. Os impérios ibéricos e a globalização da Europa (séculos XV a XVII). Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BOUZA, Fernando. Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

SCHAUB, Jean Frédéric. Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640). Lisboa: Wook, 2001.

STELLA, Roseli Santaella. O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Felipes (1580-1640). São Paulo: Unibero, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. O império asiático português, 1500-1700: uma história política e econômica. Lisboa: Difel, 1995.

INSURGÊNCIAS NEGRAS NO BRASIL

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Estudo dos motins, das revoltas, das rebeliões e das organizações negras ao longo da História do Brasil. Diversidade dos movimentos populares, as comunidades quilombolas e a luta pela terra, o movimento negro e o desmonte do mito da democracia racial, bem como a luta do movimento de mulheres negras contra o racismo e o sexismo. Contribuição dos movimentos sociais negros para a educação e para a construção da cidadania.		

OBJETIVO: Refletir sobre diferentes experiências da insurgência negra ao longo da História do Brasil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DANTAS, Mônica. Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do Século XIX. São Paulo: Alameda, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista. Rio de Janeiro: Fundação Palmares. OR/Produtor Editorial. 2002.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História do levante dos malês em 1835.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CASTELLUCCI, Aldrin A. Silva. "Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)". Afro-Ásia, n°. 41, pp. 81-131, 2010.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Igor Gomes. A horda heterogênea: resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1853). Niterói: Eduff, 2021.

QUESTÕES SOBRE O PARDO NO BRASIL

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: -	Extensão: -
EMENTA	Análise crítica da categoria “pardo” no Brasil, abordando mestiçagem, identidade, Identidade negra, fenótipo, colorismo, desigualdade racial, classificações de cor/raça, políticas afirmativas, disputas em torno da categoria pardo, a autodeclaração e a heteroidentificação.		
OBJETIVO: Analisar a construção histórica e social da categoria “pardo” e suas implicações para construção da identidade, categorias raciais, políticas de ações afirmativas e enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no Brasil contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: DAFLON, V. T. Tão longe, tão perto: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. Higienópolis: Mauad, 2018. DEVULSKY, A. Colorismo. São Paulo: Jandaíra, 2021. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BASTOS, J. Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil. São Paulo: Matrix, 2023. JÚNIOR, J.F. <i>et al.</i> Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. RODRIGUES, G. M. B. Contramestiçagem negra e colorismo. Salvador: Segundo Selo, 2025. SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2013. SOUSA, N. S. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.			

PALEOGRAFIA MODERNA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática: 30 horas

Extensão:

EMENTA

Introdução às noções básicas de Paleografia e Diplomática do período moderno, visando a adequada leitura, transcrição e interpretação de documentos manuscritos dos séculos XV ao XIX. Abordam-se as definições e origens históricas da Paleografia e da Diplomática; a história dos sistemas de escrita; os sistemas numerais, estigmológicos e braquigráficos do período moderno; a classificação diplomática dos documentos; tipologias documentais: documentos da Coroa, documentos notariais, judiciais e eclesiásticos, arquivos coloniais, sistemas de informação pré-modernos e os principais repositórios digitais de documentação em português. Aliada à componente teórica, a disciplina oferece também uma componente prática de transcrição de manuscritos

OBJETIVO: Apresentar as noções básicas de Paleografia Moderna, através de uma discussão das técnicas de leitura paleográfica, das normas e dos procedimentos de transcrição de documentos manuscritos dos séculos XVI ao XIX.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BERWANGER, Ana R. LEAL, João Eurípedes F. Noções de Paleografia e Diplomática. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas manuscritas dos séculos XVI ao XIX. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

LOSE, Alícia Duhá. Paleografia: princípios, conceitos, metodologias e critérios. Edição de autor. Salvador, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A escrita no Brasil Colônia: um guia de leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Editora da UFPE, 1994.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MESQUITA, Eni de Samara. Paleografia e fontes do período colonial brasileiro. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1986.

MESQUITA, Eni de Samara (org.). Paleografia, documentação e metodologia histórica. São Paulo: Humanitas, 2010.

SALGADO, Graça. (org.). Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática:	Extensão:
EMENTA	Reflexão a respeito dos conceitos de gênero, de raça e de classe, bem como acerca da relevância do cruzamento entre essas categorias de análise para entender o Brasil. Análise da história e da produção historiográfica com ênfase nas mulheres negras e nas suas conexões afro-atlânticas. Abordagem sobre o qual as mulheres escravizadas, libertas e livres agiram e reagiram aos desafios do período escravista, do Pós-Abolição, dos regimes autoritários e das experiências democráticas vivenciadas no contexto brasileiro (séculos XVIII a XXI).		

OBJETIVO: Analisar as interseções entre gênero, raça e classe a partir da perspectiva da História Social e das conexões afro-atlânticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano: ensaio, intervenções e diálogos. Organização. Flávia Rio e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Geminiana e seus filhos: escravidão, maternidade e morte no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: UNICAMP, 2018.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA

CARGA HORÁRIA

Teórica: 30 horas

Prática:

Extensão:

EMENTA

Ementa variável, abordando tópicos em História ou conteúdos correlacionados, de acordo com a evolução registrada na área. Apresentação de conteúdos relevantes da área de Licenciatura em História não abordados em outros componentes curriculares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Variável dependendo do conteúdo a ser ministrado.

4.1.4 Ementário das disciplinas eletivas da Licenciatura em História

Atendendo a Resolução CONUNI/UNIVASF nº 08/2015 os discentes da Licenciatura em História da UNIVASF necessitam, obrigatoriamente, cumprir 120 horas em disciplinas eletivas fora da matriz obrigatória do curso (UNIVASF, 2015), por este motivo, as ementas eletivas dependerão das disciplinas a serem cursadas pelos discentes. As disciplinas eletivas poderão ser cursadas em qualquer curso de graduação da instituição após a conclusão do primeiro semestre podendo inclusive ser em disciplinas na modalidade EAD ofertada pela Secretaria de Educação a Distância (SEAD) e serão creditadas no histórico escolar do(a) discente quando este concluir o 5º e 8º período respectivamente.

4.2 Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado é um ato educativo, compreendido na Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) como momento relevante no processo formativo docente em que é possível observar, pesquisar, aprender, intervir e inferir elementos importantes sobre a docência e a gestão dos processos formativos. Configura-se em um momento de articulação teórico- prático, através das reflexões in loco e da vivência dos estudos realizados ao longo do curso.

Conforme a Resolução UNIVASF/PROEX nº 09/2016, em seu Artigo 1º, Inciso I, o estágio é “[...] definido no Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, cuja carga horária é requisito obrigatória para a aprovação e obtenção de diploma” (Univasf, 2016, p.01), trata-se assim de uma atividade supervisionada desenvolvida no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o exercício profissional dos educandos que se preparam para o trabalho docente nos mais variados espaços sociais dedicados à educação.

O Estágio Supervisionado da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) é uma atividade disciplinar obrigatória que se configura a partir da inserção do profissional em formação nos espaços institucionais, formais e não formais nos quais será habilitado para atuar após a conclusão do seu curso de graduação. Essa atividade será desenvolvida durante o processo de formação, cumprindo uma carga horária mínima de 405 horas.

O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas ou privadas, desde que caracterizados como Atividades Educativas de Práticas Supervisionadas para os licenciados em História e que preencham os requisitos estabelecidos por este PPC.

O currículo da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim)

contempla 6 (seis) componentes curriculares de estágio (ver quadro 06) que juntos somam 405 horas de atividades, onde cada um deles será desenvolvido com a participação e colaboração de um docente orientador (a) do estágio e por um (a) supervisor (a) da escola-campo. Os Estágios Supervisionados III e VI, necessitam, obrigatoriamente, serem realizados em espaços não-formais, como por exemplo: organizações não-governamentais, museus, parques, sindicatos, assentamentos rurais, comunidades indígenas ou quilombolas, entre outros espaços.

Quadro 06. Desenvolvimento do Estágio Supervisionado na Licenciatura em História

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	ABRANGÊNCIA	CARGA HORÁRIA
I	Observação nos anos finais do ensino fundamental	45 horas
II	Observação no ensino médio regular	45 horas
III	Observação em Espaços Não Formais de Educação	45 horas
V	Regência nos anos finais do ensino fundamental	90 horas
VI	Regência no ensino médio (regular ou profissional)	90 horas
VII	Regência Espaços Não Formais de Educação	90 horas
TOTAL		405 HORAS

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Por fim, cada etapa do estágio supervisionado possui uma parte teórica desenvolvida nas salas de aula da UNIVASF (Campus de Senhor do Bonfim), onde serão apresentados os conceitos de estágio, seu desenvolvimento e reflexão sobre as vivências nas escolas campo, e outra parte prática a ser desenvolvida na escola-campo, sob orientação do (a) docente orientador (a) de estágio.

4.3 Núcleo temático

A UNIVASF determina que o componente curricular Núcleo Temático (NT) seja ofertado por todos os cursos de graduação da universidade, a partir de uma ementa que transcende a área específica da matriz curricular do curso em questão ao qual o núcleo está vinculado (UNIVASF, 2015). Nesse aspecto, são envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão que levam em consideração as especificidades da comunidade do entorno do município de Senhor do Bonfim (BA). O projeto interdisciplinar visa à participação de discentes, docentes e comunidade em geral, buscando contribuir para o desenvolvimento social.

O Núcleo Temático da Licenciatura em História (Campus Senhor do Bonfim) será constituído por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, pertencentes ou não ao colegiado do curso, de modo que possam ser desenvolvidas diversas e diferentes propostas com características multidisciplinares de trabalho, e que considerem a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

O discente de Licenciatura em História (Campus Senhor do Bonfim), que completar 25% da carga horária plena, poderá cursar ao menos um Núcleo Temático (NT) para conseguir integralizar sua carga horária, que deverá ser de 240 horas. Normalmente, os demais cursos de graduação da UNIVASF os NTs possuem 120 horas, assim, os discentes que optarem em cursar NT de outros cursos deverão, portanto, participar de dois Núcleos Temáticos para atingir a equivalência da carga horária total prevista para a integralização do componente. Assim, preserva-se a coerência entre os diferentes cursos e assegura-se a equivalência formativa entre as experiências interdisciplinares desenvolvidas no âmbito dos NTs, permitindo que os estudantes tenham acesso equilibrado às práticas de ensino, pesquisa e extensão que fundamentam o princípio da formação integral.

4.4 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dentro da estrutura curricular da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) tem por objetivo estimular a pesquisa científica no campo educacional mediante a elaboração de um trabalho acadêmico dissertativo que evidencie o aprofundamento do conhecimento numa área de interesse do aluno. O TCC é definido como uma atividade acadêmica a ser iniciada no sexto semestre na disciplina “Projeto de Pesquisa” (60 horas) e finalizada no oitavo semestre na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso” (90 horas), totalizando assim, uma carga horária total de 150 horas, orientada por um (a) docente da carreira do magistério superior da UNIVASF, que desenvolve, de modo sistemático, um tema específico, não necessariamente inédito, de interesse do aluno e vinculado à área de História.

O TCC deverá resultar em um trabalho monográfico sobre os saberes históricos, o qual poderá ser desenvolvido e apresentado no formato múltiplo. O planejamento, o acompanhamento e a organização da apresentação final do TCC constituem encargos de docentes especificamente designados para estas funções pelo colegiado, os quais serão também, preferencialmente, responsáveis pelas disciplinas que subsidiarão a elaboração do trabalho durante o percurso formativo do aluno.

Por fim, a elaboração do TCC será acompanhada por um (a) docente orientador (a). O trabalho será apresentado a uma banca examinadora composta pelo (a) orientador (a) e mais dois membros, podendo ser convidados, para compor essa banca, profissionais externos de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo. A avaliação do TCC incidirá sobre critérios de: estrutura do documento, organização dos conteúdos, atualidade e adequação das informações, aspectos linguístico-textuais e

apresentação (linguagem, clareza, postura profissional, interação, recursos utilizados).

4.5 Curricularização da extensão

A curricularização da extensão na Licenciatura em História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) é fundamental para a formação de docentes comprometidos com a transformação social e o desenvolvimento regional. Ao integrar a extensão de forma sistemática ao currículo, a UNIVASF proporciona aos futuros educadores oportunidades concretas de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática, promovendo uma educação mais significativa e engajada com as demandas da comunidade.

Através da curricularização da extensão, os estudantes de História têm a chance de participar ativamente de projetos que visam a valorização e preservação do patrimônio cultural, o combate às desigualdades sociais e a promoção da cidadania. Essas experiências enriquecedoras não apenas complementam o aprendizado em sala de aula, mas também capacitam os futuros docentes a compreenderem melhor as realidades locais e a desenvolverem práticas pedagógicas mais contextualizadas e inclusivas.

Além disso, a curricularização da extensão na Licenciatura em História da UNIVASF contribui para estreitar os laços entre a universidade e a sociedade, fortalecendo a relação de reciprocidade e colaboração entre ambas. Os projetos de extensão permitem que os estudantes atuem como agentes de transformação em suas comunidades, aplicando seus conhecimentos para resolver problemas reais e promover o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto importante é que a curricularização da extensão prepara os futuros docentes para atuarem de forma interdisciplinar e integrada com outras áreas do conhecimento, ampliando sua visão de mundo e suas habilidades de resolução de problemas complexos. Ao vivenciarem experiências práticas em diferentes contextos sociais, os estudantes desenvolvem uma postura crítica e reflexiva, essencial para o exercício da docência comprometida com a formação integral dos discentes.

Na Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) iniciativas para escrita, submissão, aprovação, desenvolvimento e monitoramento dos projetos de extensão devem partir de docentes servidores (docentes e/ou técnicos) da própria instituição ou de docentes servidores (docentes e/ou técnicos) de outras instituições de ensino que estejam diretamente ligados ao curso, sendo recomendável que todos os projetos estejam devidamente cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UNIVASF) com base na Resolução CONUNI/UNIVASF nº 03/2022 (Univasf, 2022).

Art. 7º: Para fins de curricularização, a Extensão necessita ser inserida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), nas seguintes modalidades: I – Unidade Curricular Especial de Extensão constituída de ações de extensão, dentre as descritas no artigo 6º, cujas temáticas serão definidas no PPC do curso. II – Disciplina ou componente curricular com destinação de parte da carga horária em atividade de extensão, definida no PPC do curso; a ausência de cumprimento desta carga horária reprova o(a) estudante, independentemente de sua frequência e desempenho (avaliação) nas demais atividades da disciplina. III – Disciplina ou componente curricular com a destinação da carga horária total em atividade de extensão, definida no PPC do curso, com obrigatoriedade do cumprimento desta carga horária (Univasf, 2022, p.04).

Diante desse direcionador regimental, a curricularização da extensão na Licenciatura em História (Campus Senhor do Bonfim) ocorrerá a partir do desenvolvimento de componente curricular com destinação de parte da carga horária em atividade de extensão (ver quadro 09).

Quadro 09. Inserção da extensão no currículo do curso.

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA DIRECIONADA PARA EXTENSÃO
Núcleo Temático	180 horas
Seminário Integrador I	90 horas
Seminário Integrador II	90 horas
TOTAL	360 horas

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A resolução MEC/CNE/CES nº 07/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2017), indica em seu Art. 8º que entre as atividades extensionistas que as universidades podem desenvolver para curricularização da extensão encontram-se: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços. Além disso, a resolução CNE/CP nº 04/2024 determina que as ações de extensão devem ser executadas “ [...] **nas instituições de Educação Básica**, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES” (Brasil, 2024, p.11, grifo nosso).

Portanto, a curricularização da extensão na Licenciatura em História da UNIVASF desempenha um papel fundamental na formação de docentes mais capacitados, engajados e conscientes de seu papel na sociedade. Ao integrar teoria e prática de forma articulada, essa abordagem contribui para a construção de uma educação mais democrática, participativa e transformadora, alinhada aos princípios da universidade pública e comprometida com o bem-estar coletivo.

4.6 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no currículo

A presença da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) está respaldada pelo Decreto presidencial nº 5.626/2005 que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e

expressão da comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2005), cujo objetivo é promover a inclusão e garantia ao acesso à educação para pessoas surdas. A inserção da LIBRAS no curso de licenciatura em História da UNIVASF é fundamental para garantir que os futuros docentes promovam a inclusão de estudantes surdos no contexto da educação brasileira. O Decreto Presidencial nº 5.626/2005 estabelece que as instituições de ensino superior devem oferecer, obrigatoriamente, a LIBRAS como elemento da formação de docentes.

Dentro do curso de Licenciatura em História, a presença da LIBRAS ocorre obrigatoriamente no terceiro semestre com a oferta de disciplina com carga horária de 60 horas, ofertada na modalidade a distância, tal componente curricular possibilitará a sensibilização dos discentes e docentes do curso sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade linguística como elemento social fundamental. A opção de ofertar a disciplina de LIBRAS na modalidade a distância ocorre pela compreensão da expertise que a UNIVASF possui sobre o tema, principalmente, pelas experiências oriundas do curso de Graduação em Letras/LIBRAS ofertada em EAD pela Secretaria de Educação a Distância (SEAD) de nossa instituição.

Por fim, a presença da LIBRAS no curso de Licenciatura em História contribuirá não apenas para os futuros docentes promoverem a inclusão de estudantes surdos, mas também para a reconhecimento e valorização deste meio de comunicação inclusivo como elemento de promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, fortalecendo o papel da educação como instrumento de transformação social.

4.7 A presença da educação a distância (EAD) na Licenciatura em História

A inserção do Ensino a Distância (EAD) no curso presencial de Licenciatura em História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Senhor do Bonfim é respaldada pela Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que estabelece diretrizes para a oferta de carga horária na modalidade de EAD em cursos presenciais de graduação pertencentes ao Sistema Federal de Ensino (Brasil, 2019). A utilização da EAD em cursos presenciais busca ampliar a acessibilidade e a flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem. Por meio de tecnologias, será possível oferecer uma parte mínima do curso de Licenciatura em História de forma remota, permitindo fluidez no desenvolvimento do currículo formativo.

A Portaria MEC nº 2.117/2019 estabelece critérios e diretrizes para a implementação da EAD no curso presencial de Licenciatura em História, garantindo a qualidade e a integração das atividades presenciais e a distância. Ao adotar a EAD, a Licenciatura em História busca atender a demanda por educação a distância, proporcionando uma experiência de aprendizado

enriquecedora e eficiente. Além disso, a incorporação dessa modalidade no curso contribui para a formação de docentes capazes de utilizar recursos tecnológicos em suas práticas pedagógicas, ampliando o leque de possibilidades educacionais, e também, oportuniza que discentes de outros campi frequentem disciplinas do curso em questão.

Deste modo, o planejamento do curso presencial da Licenciatura em História da UNIVASF, prevê a oferta das seguintes disciplinas a distância (ver quadro 10):

Quadro 10. Disciplinas obrigatórias que são ofertadas na modalidade EAD

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA
Política e Organização da Educação Básica	60 horas
LIBRAS	60 horas
TOTAL	120 horas

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O curso presencial da Licenciatura em História possui 3.345 horas de carga horária total, deste quantitativo, apenas 180 horas serão desenvolvidas na modalidade a distância, assim, representando apenas 3,59% do curso. Assim, a inserção da EAD em nosso curso representa avanço e inovação na formação docente inicial, oferecendo oportunidades de acesso e inclusão, um diálogo do curso com discentes de outras graduações, além de promover a modernização dos métodos de ensino e aprendizagem, em sintonia com as demandas da sociedade contemporânea.

Metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das ações a distância

A metodologia para utilização da EAD no curso presencial da Licenciatura em História apoia-se no sistema de ensino conectado, com recursos multimidiáticos, pelos quais se promove a interação, comunicação, troca de ideias e experiências entre os sujeitos envolvidos, tendo como foco a sua formação. Esta metodologia caracteriza-se pela articulação entre conhecimento teórico e sua conectividade com as situações de vivências práticas dos educandos mediante o desenvolvimento de atividades e projetos interdisciplinares voltadas à educação do/no campo.

No decorrer de cada disciplina, o desenvolvimento ocorrerá a partir de:

- Disponibilização de referencial teórico da disciplina;
- Disposição das atividades didáticas no AVA;
- Videoconferências e Videoaulas de acordo com a programação do professor de cada disciplina;

- Acesso dos discentes a participação do fórum de discussão das disciplinas com os docentes e seus colegas do curso, e dos chats agendados pelos docentes;
- Encontros presenciais obrigatórios para realização de atividades práticas e/ou avaliações de aprendizagem;

As avaliações serão realizadas tanto no AVA quanto em espaços físicos presenciais da UNIVASF Campus Senhor do Bonfim. Os formatos das avaliações estarão orientados de acordo com os planos de ensino de cada disciplina. Assim, as avaliações têm por objetivo estabelecer a relação entre a teoria e a prática, e a aplicação dos conteúdos à realidade local e regional dos estudantes participantes do curso.

O docente enquanto desenvolvedor das atividades de tutoria

As atividades de tutoria desempenham um papel essencial na implementação da Educação a Distância em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), proporcionando suporte individualizado e orientação aos discentes ao longo de sua jornada acadêmica. No caso da Licenciatura em História esta função será desenvolvida pelo próprio docente da disciplina, que enquanto “professor-tutor” realizará o acompanhamento acadêmico regular dos discentes, estabelecendo encontros individuais ou em grupo, nos quais se discutirá o desempenho dos discentes, identificando possíveis dificuldades e oferecendo orientações para aprimorar o processo de aprendizagem. Esses encontros poderão ocorrer presencialmente, quando viável, ou por meio de plataformas de videoconferência e comunicação online.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

e

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) constitui-se de um espaço para disponibilização de hipertexto, elaborado pelo professor formador da disciplina cujo objetivo é o de ampliar, aprofundar os conhecimentos, e é um rico instrumento pedagógico que utiliza recursos ampliados, dialógicos e interativos para potencializar a construção do conhecimento.

No desenvolvimento das atividades a distância da Licenciatura em História serão considerados como AVA, a Plataforma MOODLE¹ da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) da UNIVASF e/ou outros ambientes virtuais de aprendizagem que os responsáveis pelas disciplinas online considerarem convenientes pedagogicamente, desde que sejam escolhidos

¹ <https://www.plataformaead.univasf.edu.br>

como foco na possibilidade do design educacional dos componentes curriculares e interações síncronas e assíncronas.

O AVA precisará conter:

- **APRESENTAÇÃO:** espaço onde o professor apresenta e motiva o estudante para o conteúdo da sua disciplina.
- **PLANO DE ENSINO:** neste espaço o professor disponibiliza o plano com todas as atividades que serão desenvolvidas na disciplina.
- **METODOLOGIA:** local onde o professor disponibilizará todas as informações referentes à forma como vai trabalhar o conteúdo com os estudantes e as questões relacionadas à avaliação.
- **CRONOGRAMA:** espaço onde o professor disponibilizará o cronograma para os momentos presenciais e a distância, bem como o cronograma para as atividades individuais e coletivas.
- **ADICIONAIS:** espaço onde o professor poderá disponibilizar mais informações.

A estrutura de cada disciplina permitirá que cada estudante usufrua de tempos e espaços individualizados e personalizados, mas com ênfase na colaboração e cooperação, e cada semestre consistirá em um conjunto de materiais que podem utilizar uma diversidade de mídias. Haverá uma organização textual específica da disciplina a partir do “hipertexto” dos objetos de aprendizagem necessários a essa composição particular, sempre aberta à inclusão adjunta de novos componentes. Haverá também um encontro presencial obrigatório por semestre para realização de atividades práticas e/ou avaliação da aprendizagem.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Os estudantes da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) contarão com um suporte de laboratório de informática climatizado e com acesso à internet, com área aproximada de 30m², contendo 25 computadores do tipo desktop, bancadas, cadeiras e quadro branco. O espaço é ventilado, bem iluminado, com boa acústica e possui fácil acesso. A utilização deste espaço está disponível para aulas (mediante planejamento prévio) e para demanda espontânea dos discentes, tais como, assistir as aulas síncrona e/ou assíncrona.

4.8 Equivalências do currículo da Licenciatura em História com currículo de outros cursos de graduação do campus de Senhor do Bonfim

A definição de equivalências entre os cursos de graduação do Campus Senhor do Bonfim é fundamental para assegurar a mobilidade acadêmica, a integralização curricular e a interdisciplinaridade que caracterizam a formação superior ofertada pela UNIVASF. No caso da Licenciatura em História, são indicados no quadro 12 os componentes curriculares comuns ou com conteúdos convergentes em relação aos demais cursos do campus, de modo a garantir a possibilidade de aproveitamento de disciplinas e a otimização dos percursos formativos.

Quadro 12. Equivalências do currículo da Licenciatura em História com currículo de outros cursos de graduação do campus de Senhor do Bonfim

EQUIVALÊNCIA COM A LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	
NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
Metodologia Científica	GEOG0002 - Metodologia do Trabalho Científico
Psicologia da Educação	GEOG0003 - Psicologia da Educação
LIBRAS	GEOG0038 - Libras
Didática	GEOG0009- Didática
Educação do Campo	GEOG0063 - Educação do Campo
EQUIVALÊNCIA COM A LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	
NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA NATUREZA
Política e Organização da Educação Básica	EDUC0217 - Política Educacional e Educação Básica no Brasil
Psicologia da Educação	CIEN0129 - Psicologia da Educação e Desenvolvimento
Educação Ambiental	CIEN0156 - Educação Ambiental e Sustentabilidade
LIBRAS	CIEN0155 - Libras
EQUIVALÊNCIA COM O BACHARELADO EM GEOLOGIA	
NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOMENCLATURA NO BACHARELADO EM GEOLOGIA
Não há equivalências	
EQUIVALÊNCIA COM O BACHARELADO EM ECOLOGIA	
NOMENCLATURA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOMENCLATURA NO BACHARELADO EM ECOLOGIA
Metodologia Científica	ECOL0074 - Metodologia Científica
Educação Ambiental	ECOL0061 - Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pelo NDE (2025)

Essas equivalências expressam a compreensão de que a formação docente e científica em História exige diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os estudantes

transitem entre cursos e aproveitem formações complementares, sem prejuízo acadêmico.

4.9 Plano de Migração curricular turmas em andamento

Considerando a necessidade de assegurar a plena transição entre o currículo anterior (HIST1) e o currículo reformulado (HIST2) da Licenciatura em História, o NDE elaborou um Plano de Migração Curricular específico para as turmas em andamento (ver apêndices). Esse plano tem como objetivo garantir que nenhum discente seja prejudicado durante o processo de adaptação ao novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), respeitando integralmente os direitos adquiridos e assegurando a equivalência entre disciplinas, cargas horárias e componentes curriculares.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 Estrutura física

A UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) possui uma área territorial em torno de 19 mil m², e conta, atualmente, com um bloco de 2.987,89 m² com dois pavimentos onde serão alocadas as ações de ensino, pesquisa e extensão da Licenciatura em História.

5.1.1 Laboratórios, salas de aulas e bibliotecas

O campus da UNIVASF em Senhor do Bonfim (BA) possui 12 salas de aula com metragens que variam entre 27,18m² à 74,68m², sendo que 04 possuem capacidade para receber 25 estudantes e 08 comportam 50 estudantes. A Licenciatura em História utilizará as salas de aula disponíveis no período matutino, horário padrão de funcionamento do curso.

A limpeza das salas de aula é feita por um corpo de funcionários da coordenação administrativa do campus (CAC) e do ponto de vista da manutenção estrutural das salas de aula, a instituição tem um departamento de manutenção que sempre que acionado pelo CAC realiza as manutenções e adequações necessárias para possibilitar o pleno desempenho das atividades didático-pedagógicas. Todas as salas de aula são equipadas com cadeiras do tipo escolar com braço lateral para apoiar material didático, mesa e cadeira para o docente, quadro branco em fórmica para pincel atômico, aparelho projetor de multimídias. Todas as salas são climatizadas e apresentam ponto de conexão à rede elétrica, à rede de internet e à rede de projetores.

As salas de aula apresentam tratamento acústico, o que possibilita um bom aproveitamento das atividades didático-pedagógicas. Os tamanhos das salas possibilitam versatilidade do seu uso, gerando possibilidade de novos arranjos internos, o que pode subsidiar múltiplos usos em um mesmo espaço, abrindo o leque de oportunidades e adequações didático-pedagógicas fundamentais para o exercício da atividade docente e o pleno andamento das questões de ensino-aprendizagem.

O campus possui ainda 21 gabinetes para docentes, com metragens que variam entre 12,59m² à 15,44m², além de espaço próprio para alocação da secretaria acadêmica do colegiado da Licenciatura em História.

5.1.2 Biblioteca ligada à rede mundial de computadores

A Biblioteca do campus de Senhor do Bonfim possui uma área de 181m², com salas de leitura individual, Salas de estudo em Grupo, e um acervo de total de 2.624 títulos de livros e periódicos relacionados à área de Ensino, formando um acervo pertinente para temática ensino e educação. Vinculado ao Gabinete da Reitoria, o Sistema Integrado de Bibliotecas da Univasf (SIBI) foi criado com o objetivo de integrar e padronizar os serviços de todas as bibliotecas da Univasf. A estrutura organizacional do SIBI-UNIVASF é orientada por um regimento interno, no qual estão estabelecidas as relações administrativas entre a sua Direção e seus diversos setores, divididos em Coordenação Técnica, Chefia de Processos Técnicos, Chefia de Referência e Informação e Chefia das Bibliotecas Setoriais.

O SIBI-UNIVASF utiliza um dos mais modernos e completos softwares para gerenciamento de bibliotecas, o Sistema *Pergamum*, onde é possível realizar renovação e reserva de material em qualquer computador com acesso à internet e através do celular. Possui aproximadamente 45.000 exemplares em seu acervo, que é composto basicamente por livros, periódicos, mapas e materiais multimídia. Atende a mais de 4.500 usuários, com média anual de empréstimo domiciliar de 160.000 exemplares. A Univasf tem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que garante a atualização constante das pesquisas, uma vez que ele permite a obtenção de textos na íntegra dos mais renomados periódicos do Brasil e do mundo. Existem terminais disponíveis nas bibliotecas destinados exclusivamente ao acesso às bases de dados científicas.

Além disso, as bibliotecas participam do sistema COMUT e SCAD (que fornecem cópias de documentos), pelo qual é possível obter artigos de periódicos, capítulos de livros, teses e dissertações das mais diversas bases de dados que não se encontram disponíveis no acervo das bibliotecas da UNIVASF. Para atender à comunidade acadêmica da Univasf, as bibliotecas que compõem o SIBI oferecem os seguintes serviços: Consulta, empréstimo e devolução de material bibliográfico; Treinamento e orientação à pesquisa (Serviços de Referência): sistema PERGAMUM e bases científicas (CAPES, SCIELO, BIREME, entre outros) e uso das normas da ABNT; ficha catalográfica (catalogação na fonte); visita orientada.

5.2 Docentes efetivos

Os docentes da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) (ver quadro 12) possuem perfil que abrange a diversidade em suas áreas de formação básica e específicas necessárias à formação de um profissional da licenciatura em História que dialoga com as necessidades educativas contemporâneas.

Quadro 12. Docentes efetivos do curso.

DOCENTES	TITULAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES NO CURSO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA ANUAL
Prof. Dr. José Eduardo Ferraz Clemente	Doutor	História da Ciência e da Tecnologia	60 horas	240 horas
		História das Ciências no Brasil	60 horas	
		História do Brasil III	60 horas	
		História do Brasil IV	60 horas	
Prof. Dr. Marcus Vinicius Santana Lima Almeida	Doutor	Introdução aos Estudos Históricos	60 horas	240 horas
		Teoria da História I	60 horas	
		Teoria da História II	60 horas	
		Historiografia Brasileira	60 horas	
Prof. Dr. Albano de Goes Souza	Doutor	Introdução à Docência	60 horas	285 horas
		Didática	60 horas	
		Metodologia do Ensino de História I	60 horas	
		Projeto de Pesquisa	60 horas	
		Estágios Supervisionados	45 horas	
Prof. Dr. Itamar Soares Oliveira	Doutor	Psicologia da Educação	60 horas	240 horas
		Educação em Espaços Não Formais	60 horas	
		Metodologia do Ensino de História II	60 horas	
		Trabalho de Conclusão de Curso	30 horas	
		Estágios Supervisionados	30 horas	
Prof. Dr. Cleyton Tavares da Silveira Silva	Doutor	História Antiga I	60 horas	240 horas
		História Antiga II	60 horas	
		História Medieval I	60 horas	
		História Medieval II	60 horas	
Prof. Dr. Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo	Doutor	História e Cultura Indígena no Brasil	60 horas	240 horas
		História da América	60 horas	
		História do Brasil I	60 horas	
		História da Bahia I	60 horas	
Prof. Dra. Karine Teixeira Damasceno	Doutora	História da África	60 horas	240 horas
		História e Cultura Afro-brasileira	60 horas	
		História do Brasil II	60 horas	
		História da Bahia II	60 horas	
Prof. Dr. Pedro Carvalho Oliveira	Doutor	História Moderna I	60 horas	240 horas
		História Moderna II	60 horas	
		História Contemporânea I	60 horas	
		História Contemporânea II	60 horas	
Profa. Dra. Camila Batista Gama Moura	Doutora	Metodologia Científica	60 horas	240 horas
		Política e Organização da Educação Básica	60 horas	
		Educação do Campo	60 horas	
		Educação Escolar Quilombola	60 horas	

Fonte: Elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 03-04, 15 abr. 2004. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. [Brasília]: MEC/CNE, 2017. Disponível: <http://gg.gg/xq1w3>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004b. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicado em: 17/06/2020; Edição: 114, Seção: 1, p.62. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: D.O.U., 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Docentes para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação). Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicado em: 10/2/2020, Seção 1, pp. 87 a 90. Acesso em: 29 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2020 – 1º Teste de Coleta pela Internet. IBGE. Agência de Notícias. 16 abr. 2018. Disponível em:

<https://censos.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2025.

MACHADO, Paulo Batista. Senhor do Bonfim:histórico.2010. Disponível em: <http://gg.gg/xq1tz>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Estabelece critérios para o Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas dos cursos de Graduação da Univasf (PS-PVO). Processo Seletivo Para Preenchimento de Vagas Ociosas dos Cursos de Graduação da Univasf. Petrolina-PE, 25 out. 2019. p. 1-13. Disponível em: <http://gg.gg/xq1zs>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). 2017. Disponível em: <http://gg.gg/xwtyb>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Plano de Desenvolvimento Institucional. Pró-Reitoria de Planejamento. Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, 2009. disponível em: <http://gg.gg/xq1xy>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Resolução Universitária nº 08, de 24 de julho de 2015. Altera as Normas Gerais de Funcionamento do Ensino de Graduação da UNIVASF. Normas Gerais de Funcionamento do Ensino de Graduação da UNIVASF. Petrolina-PE, PE, 24 jul. 2015. p. 1-23. Disponível em: <http://gg.gg/xq1x0>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Resolução Universitária nº 09, de 24 de julho de 2016. Regulamenta as atividades de Estágio no âmbito da UNIVASF. Petrolina-PE, PE, 29 jul. 2016. p. 1-11. Disponível em: <http://gg.gg/11rq7z>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVASF. Resolução Universitária nº 14, de 29 de outubro de 2021. Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal do Vale do São Francisco, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação. Resolução Nº 14/2021. Petrolina-PE, 29 out. 2021. Disponível em: <http://gg.gg/xwtzo>. Acesso em: 29 out. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CAMPUS SENHOR DO BONFIM**

PLANO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**SENHOR DO BONFIM-BA
2025**

1. INTRODUÇÃO

O presente plano de migração curricular do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História – COHIS (PROCESSO SIPAC (23402.033896/2025-42), tem como objetivo orientar e regulamentar o processo de transição entre o currículo anterior (HIST1) e o novo currículo (HIST2), aprovado pelo Colegiado da UNIVASF em 26 de outubro de 2025. Trata-se de um documento que organiza, de forma clara e detalhada, os procedimentos a serem adotados para assegurar a plena execução do novo PPC a partir do semestre letivo 2026.1, em consonância com Resolução CNE/CP nº 04/2024 e com as políticas institucionais da universidade.

O plano busca, sobretudo, garantir a continuidade da formação dos discentes em regime de migração, evitando prejuízos acadêmicos e promovendo a equivalência curricular necessária para a integralização das cargas horárias. Além disso, contempla a redistribuição progressiva dos estágios supervisionados, a adequação das atividades extensionistas e o acompanhamento sistemático por parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do colegiado do curso.

Mais do que atender a exigências legais, este plano representa um compromisso pedagógico e institucional com a formação crítica e qualificada dos futuros docentes de História, reafirmando o papel da UNIVASF na interiorização do ensino superior e na valorização das especificidades sociais, culturais e educacionais da região do Piemonte Norte do Itapicuru.

1.1 Migração discente para novo PPC

O colegiado de Licenciatura em História espera que o novo PPC seja implementado a partir do semestre 2026.1. Com isso, a nova turma de discentes que ingressará neste semestre já entraria neste novo PPC, cursando as disciplinas previstas para o primeiro período. A escolha de iniciar o novo PPC no semestre de ingresso de uma nova turma facilitará a adesão dos discentes das 2 (duas) turmas existentes no curso (Turma I - Semestre 2024.1 e Turma II - Semestre 2025.1), pois muitos deles já concluíram disciplinas deste novo currículo.

Para os discentes já vinculados às 2 (duas) turmas existentes curso, será assegurado um processo de migração curricular gradual, apresentado a seguir, baseado em critérios de equivalência entre os componentes do PPC anterior (HIST1) e os do novo PPC (HIST2). Tal medida visa garantir que nenhum estudante em regime de transição seja prejudicado no percurso formativo, preservando a integralização da carga horária e dos conteúdos essenciais da formação docente.

Nesse sentido, disciplinas que tiveram alterações de nomenclatura, carga horária ou

reorganização na matriz foram cuidadosamente analisadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e reconhecidas como equivalentes. Essa estratégia permite que os estudantes aproveitem integralmente as atividades já cursadas e sigam avançando na trajetória acadêmica sem necessidade de retrabalho. Para casos específicos em que não há equivalência direta, serão criados mecanismos de adequação, orientados pelo colegiado, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos formativos do curso.

Além disso, o plano de migração prevê uma organização diferenciada para os estágios supervisionados e para as atividades de extensão, respeitando o ponto de ingresso de cada turma. As turmas que iniciaram em 2024 e 2025 terão percursos específicos de adaptação, possibilitando a integração progressiva às novas exigências curriculares, sem comprometer a articulação entre teoria e prática docente.

Dessa forma, a migração para o novo PPC representa não apenas uma adequação normativa, mas também um avanço pedagógico e institucional, assegurando coerência entre formação acadêmica, demandas sociais e diretrizes nacionais para a formação inicial de professores. O processo será acompanhado continuamente pelo colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante, que se responsabilizam por sanar dúvidas, orientar os discentes e garantir a plena execução desta transição.

1.2 Equivalências currículo antigo e currículo novo

A transição do currículo anterior (HIST1) para o novo PPC (HIST2) exigiu a construção de um quadro de equivalências que garantisse a continuidade da formação dos discentes em regime de migração. Esse procedimento é essencial para assegurar que disciplinas já cursadas sejam devidamente reconhecidas, evitando prejuízos acadêmicos e sobreposição de conteúdo.

As equivalências foram definidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) a partir de uma análise criteriosa das ementas, cargas horárias e objetivos pedagógicos de cada componente curricular. Foram considerados:

- Mudanças de nomenclatura: quando a disciplina manteve conteúdos centrais, mas teve seu nome atualizado;
- Alterações de carga horária: quando houve aumento ou redistribuição de horas, preservando os conteúdos principais;
- Reorganização curricular: quando a disciplina foi deslocada de semestre ou integrada a novos componentes.

A seguir, apresenta-se as principais equivalências entre o currículo antigo (HIST1) e o

novo (HIST2):

1º SEMESTRE			
Disciplinas do PPC novo (HIST2)	Carga horária	Equivalência do PPC antigo (HIST1)	Carga horária
História Antiga I	60 horas	HIST0064 - História Antiga I	60 horas
Introdução aos Estudos Históricos	60 horas	HIST0065 - Introdução aos Estudos Históricos	60 horas
História e Cultura Indígena no Brasil	60 horas	HIST0067 - História e Cultura Indígena no Brasil	60 horas
Metodologia Científica	60 horas	HIST0069 - Metodologia Científica	60 horas
História da Ciência e da Tecnologia	60 horas	HIST0066 - Histórias das Ciências e da Técnica	60 horas
Introdução à Docência	60 horas	HIST0068 - Introdução à Docência + HIST0075 - Laboratório de Prática Pedagógica em História I	60 horas
Estágio Supervisionado I	30 horas	Não há equivalência	-
2º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Antiga II	60 horas	HIST0070 - História Antiga II	60 horas
Teoria da História I	60 horas	HIST0071 - Teoria da História I	60 horas
História da América	60 horas	HIST0072 - História da América	60 horas
História da África	60 horas	HIST0078 - História da África	60 horas
História das Ciências no Brasil	60 horas	HIST0086 - História das Ciências no Brasil	60 horas
Psicologia da Educação	60 horas	HIST0074 - Psicologia da Educação	60 horas
Estágio Supervisionado II	30 horas	Não há equivalência	-
3º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Medieval I	60 horas	HIST0076 - História Medieval I	60 horas
Teoria da História II	60 horas	HIST0077 - Teoria da História II	60 horas
História do Brasil I	60 horas	HIST0089 - História do Brasil I	60 horas
História e Cultura Afro-brasileira	60 horas	HIST0084 - história e cultura Afro-brasileira	60 horas
Educação em Espaços Não Formais	60 horas	HIST0080 - Educação em Espaços Não Formais	60 horas
Didática	60 horas	Não há equivalência	-
Estágio Supervisionado III	30 horas	Não há equivalência	-
4º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Medieval II	60 horas	HIST0082 - História Medieval II	60 horas
Historiografia Brasileira	60 horas	HIST0083 - Historiografias	60 horas
História do Brasil II	60 horas	HIST0089 - História do Brasil I	60 horas
História da Bahia I	60 horas	HIST0094 - História da Bahia I	60 horas
Política e Organização da Educação Básica	60 horas	HIST0090 - Política e Organização da Educação Básica	60 horas
Ensino da História I	60 horas	HIST0079 - Metodologia do Ensino da História I	60 horas
Seminário Integrador em História I	120 horas	Não há equivalência	-
Estágio Supervisionado IV	30 horas	Não há equivalência	-

5º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Moderna I	60 horas	HIST0088 - História Moderna I	60 horas
Eletiva I	60 horas	Eletiva I	60 horas
História do Brasil III	60 horas	HIST0100 - História do Brasil III	60 horas
História da Bahia II	60 horas	HIST0101 - História da Bahia II	60 horas
Educação do Campo	60 horas	HIST0096 - Educação do Campo	60 horas
Ensino da História II	60 horas	HIST0085 - Metodologia do Ensino da História II	60 horas
Laboratório em Pesquisa e Extensão em História I	30 horas	Não há equivalência	-
Estágio Supervisionado V	30 horas	Não há equivalência	-
6º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Moderna II	60 horas	HIST0092 - História Moderna II	60 horas
Projeto de Pesquisa	60 horas	Não há equivalência	60 horas
História do Brasil IV	60 horas	HIST0105 - História do Brasil IV	60 horas
Educação Escolar Quilombola	60 horas	Não há equivalência	-
Laboratório em Pesquisa e Extensão em História II	60 horas	Não há equivalência	-
Estágio Supervisionado VI	60 horas	HIST0098 - Estágio Supervisionado II	135 horas
7º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Contemporânea I	60 horas	HIST0099 - História Contemporânea I	60 horas
Eletiva II	60 horas	Eletiva II	60 horas
Optativa I	60 horas	Optativa I + Optativa II	60 horas
LIBRAS	60 horas	HIST0102 - LIBRAS	60 horas
Núcleo Temático	120 horas	Núcleo Temático	120 horas
Estágio Supervisionado VII	75 horas	HIST0103 - Estágio Supervisionado III	135 horas
8º SEMESTRE			
Disciplina PPC novo	Carga horária	Equivalência no PPC antigo	Carga horária
História Contemporânea II	60 horas	HIST0104 - História Contemporânea II	60 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	90 horas	HIST0107 - Trabalho de Conclusão de Curso II	60 horas
Optativa II	60 horas	Não há equivalência	-
Seminário Integrador em História II	120 horas	Não há equivalência	-

Portanto, essas equivalências expressam a compreensão do NDE de que a formação docente e científica exige diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os estudantes transitem entre cursos e aproveitem formações complementares, sem prejuízo acadêmico.

Plano de oferta de disciplinas obrigatórias, eletiva e optativas para migração de turmas (2024.1, 2025.1 e 2026.1)

O plano de oferta de disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas da Licenciatura em História da UNIVASF (Campus Senhor do Bonfim) tem como objetivo principal assegurar a transição pedagógica e administrativa das turmas em andamento (2024.1 e 2025.1) para a nova matriz curricular do curso, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 4/2024 e com as normas internas da UNIVASF que regem a reformulação e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso.

A migração das turmas em andamento (2024.1 e 2025.1) será conduzida de forma planejada, gradual e sem prejuízo pedagógico ou de carga horária aos discentes. Para tanto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), elaborou os quadros a seguir para definir o processo de oferta de disciplinas.

TURMA I – INGRESSANTES EM 2024.1				
4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1
História Medieval II	História Moderna I	História Moderna II	História Contemporânea I	História Contemporânea II
Historiografia Brasileira	Psicologia da Educação	Projeto de Pesquisa	Educação Escolar Quilombola	Trabalho de Conclusão de Curso
História do Brasil II	História do Brasil III	História do Brasil IV	Núcleo Temático	Eletiva II
História da Bahia I	História da Bahia II	Eletiva I		Optativa II
Didática	Metodologia do Ensino de História I	Metodologia do Ensino de História II		LIBRAS
Seminário Integrador em História I	Educação em Espaços Não Formais			Optativa I
	Política e Organização da Educação Básica			Seminário Integrador em História II

TURMA II – INGRESSANTES EM 2025.1					
3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1	2028.2
História Medieval I	História Medieval II	História Moderna I	História Moderna II	História Contemporânea I	História Contemporânea II
Teoria da História II	Historiografia Brasileira	Educação do Campo	Projeto de Pesquisa	Optativa I	Trabalho de Conclusão de Curso
História do Brasil I	História do Brasil II	História do Brasil III	História do Brasil IV	Optativa II	LIBRAS
História e Cultura Afro-Brasileira	História da Bahia I	História da Bahia II	Educação Escolar Quilombola		Seminário Integrador em História II
Política e Organização da Educação Básica	Didática	Metodologia do Ensino de História I	Metodologia do Ensino de História II		
Psicologia da Educação	Seminário Integrador em História I	Educação em Espaços Não Formais	Eletiva II		

TURMA III – INGRESSANTES EM 2026.1							
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º semestre
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1	2028.2	2029.1	2029.2
História Antiga I	História Antiga II	História Medieval I	História Medieval II	História Moderna I	História Moderna II	História Contemporânea I	História Contemporânea II
Introdução aos Estudos Históricos	Teoria da História I	Teoria da História II	Historiografia Brasileira	História do Brasil III	História do Brasil IV	História e Cultura Indígena no Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso
Metodologia Científica	História da América	História do Brasil I	História do Brasil II	História da Bahia II	Projeto de Pesquisa	História e Cultura Afro-brasileira	Optativa I
História da Ciência e da Tecnologia	História da África	Educação em Espaços Não Formais	História da Bahia I	Educação do Campo	Educação Escolar Quilombola	Núcleo Temático	Optativa II
Psicologia da Educação	História das Ciências no Brasil	Didática	Metodologia do Ensino de História I	Eletiva I	Metodologia do Ensino de História II	Eletiva II	
Introdução à Docência	Política e Organização da Educação Básica						Seminário Integrador em História II

A migração para a nova matriz (HIST2) também considerará o regime de integralização do curso em turno integral, estabelecido a partir da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que exige a associação entre teoria e prática desde o início da formação. O acompanhamento individualizado dos discentes durante o processo de transição será responsabilidade do colegiado de curso que disponibilizará relatórios de equivalência e orientações para matrícula. O NDE realizará reuniões semestrais de monitoramento da implementação do novo PPC, avaliando os impactos da transição sobre o rendimento e a permanência estudantil.

Plano de oferta dos Estágios Supervisionados para migração de turmas (2024.1, 2025.1 e 2026.1)

O desenvolvimento dos estágios supervisionados no novo Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em História foi planejado de modo a assegurar a formação docente progressiva, articulando teoria e prática, conforme previsto na Resolução CNE/CP nº 04/2024. Essa resolução estabelece, entre outros pontos, a obrigatoriedade de que os cursos de licenciatura iniciem o estágio já no primeiro semestre, garantindo desde o ingresso do estudante a aproximação com a realidade da educação básica e a articulação entre os componentes curriculares e a prática docente.

No que se refere à estrutura, o estágio supervisionado foi distribuído entre os semestres de forma a possibilitar o acúmulo de experiências e a integração com as demais disciplinas de formação pedagógica. A seguir, detalha-se o plano de desenvolvimento conforme as turmas de ingresso.

TURMA I – INGRESSANTES EM 2024.1				
Discentes vinculados ao PIBID				
4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1
Dispensados dos Estágios I, II e III por participação no PIBID	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado VI	Não há estágios

TURMA I – INGRESSANTES EM 2024.1				
Discentes não vinculados ao PIBID				
4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1
Estágio Supervisionado I + Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado VI

TURMA II – INGRESSANTES EM 2025.1					
3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1	2028.2
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado VI

TURMA III – INGRESSANTES EM 2026.1							
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	6º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º semestre
2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1	2028.2	2029.1	2029.2
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado VI	Não há estágios	Não há estágios

Desse modo, o plano de oferta dos estágios supervisionados assegurará que a prática pedagógica não seja compreendida como atividade isolada ou meramente burocrática, mas como parte integrante e fundamental do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 04/2024, que determina a obrigatoriedade do estágio supervisionado desde o primeiro semestre, a proposta garante a inserção precoce do licenciando em espaços educativos, permitindo que desde o início de sua trajetória acadêmica ele estabeleça contato com a realidade da educação básica.

Essa inserção progressiva possibilita ao estudante articular os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com a experiência prática em situações reais de ensino e aprendizagem, favorecendo a compreensão dos desafios da docência, a observação crítica do ambiente escolar e o desenvolvimento de competências pedagógicas de forma gradual. Assim, o estágio deixa de ser um momento pontual no final da formação e passa a constituir-se como eixo estruturante, acompanhando o estudante durante todo o percurso acadêmico.

Além de atender às exigências legais, esse modelo fortalece a identidade profissional do futuro professor de História, estimula a reflexão sobre a prática docente e promove maior integração entre universidade e escola básica. Trata-se, portanto, de uma estratégia que contribui não apenas para a consolidação de saberes pedagógicos e históricos, mas também para a formação de docentes críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da realidade educacional e social em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS DO NDE SOBRE A TRANSIÇÃO CURRICULAR

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Licenciatura em História, no âmbito do Campus Senhor do Bonfim da UNIVASF, desempenhou papel central na concepção, análise e validação do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e, especialmente, na definição dos critérios de migração curricular.

Ao avaliar as mudanças implementadas, o NDE destaca que a transição para o novo PPC não representa apenas uma adequação normativa, mas sim um avanço qualitativo no processo formativo, capaz de fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática docente.

Nesse sentido, as principais considerações do NDE são:

1. **Garantia da não prejudicialidade** – o processo de migração foi planejado de modo a evitar perdas acadêmicas aos estudantes em transição, assegurando o pleno aproveitamento de disciplinas já cursadas por meio do sistema de equivalências.
2. **Maior integração formativa** – a nova matriz promove uma presença contínua da prática pedagógica desde os primeiros semestres, valorizando o estágio supervisionado e os laboratórios como espaços de experimentação e construção coletiva do conhecimento.
3. **Equilíbrio entre teoria e prática** – ao distribuir atividades acadêmicas, extensionistas e de estágio de forma progressiva, o curso consolida o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática como eixo estruturante da formação.
4. **Valorização do perfil regional** – o currículo foi pensado a partir das demandas do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, respeitando as especificidades sociais, culturais e históricas da região, e ampliando o compromisso social da universidade.
5. **Avanço institucional** – a adoção do regime integral, a curricularização da

extensão e a reorganização do estágio supervisionado refletem o alinhamento do curso às diretrizes do Conselho Nacional de Educação e às políticas institucionais da UNIVASF, garantindo coerência com o PDI e o PPI.

O NDE reconhece que toda mudança curricular traz desafios, especialmente no período de transição. No entanto, entende que o novo PPC representa um marco de consolidação da Licenciatura em História, assegurando aos discentes uma formação mais robusta, crítica e conectada às necessidades contemporâneas da docência em História.

Por fim, ressalta-se o compromisso do colegiado e do NDE em acompanhar continuamente o processo de implementação, ajustando eventuais dificuldades e mantendo diálogo permanente com discentes, docentes e demais instâncias institucionais, de modo a garantir a efetividade e a qualidade do novo projeto pedagógico.

Emitido em 29/10/2025

PROJETO DE CURSO Nº 36/2025 - COHIS (11.01.02.07.98.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 09:43)

JOSE EDUARDO FERRAZ CLEMENTE

COORDENADOR

1670373

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 09:42)

ALBANO DE GOES SOUZA

VICE-COORDENADOR

1044944

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: **36**, ano: **2025**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **03/11/2025** e o código de verificação: **9c07b849c6**